



Farroupilha e Federalista: história, historiografia & memória

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

117



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.ua.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



Farroupilha e Federalista: história, historiografia & memória



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

- 117 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

Farroupilha e Federalista: história, historiografia & memória



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt



**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**

2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1º Secretário: Luiz Henrique Torres
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: Farroupilha e Federalista: história, historiografia & memória
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 117
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, Fevereiro de 2026

ISBN – 978-65-5306-073-9

CAPA: Brasão de Armas – Ministério do Interior. In: VARELA, Alfredo. *História da Grande Revolução*. Porto Alegre: Globo, 1933. v. 3.

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

Farroupilha e Federalista em paralelo: historiografia & memória / 11

Preparação e eclosão da Revolução Federalista na perspectiva da imprensa oposicionista gaúcha (um estudo de caso) / 25

A Revolução Farroupilha entre a brasilidade e o separatismo: uma interpretação embasada na criação de uma identidade nacional para o Rio Grande do Sul / 57

Recorrência do discurso historiográfico oficial gaúcho e a amálgama com o tradicionalismo em editoriais jornalísticos contemporâneos: uma memória manipulada em torno do 20 de Setembro / 67

Farroupilha e Federalista em paralelo: historiografia & memória

Ao longo de sua evolução histórica, o Rio Grande do Sul exerceu preponderante papel em marcantes e decisivos momentos da formação brasileira, representando um significativo fator de instabilidade do Estado Nacional Brasileiro. Assim o foi à época da gênese sul-rio-grandense, quando, dentre a crise política e revolucionária das rebeliões regenciais, a Revolução Farroupilha foi o mais grave desses movimentos e que mais ameaçou a integridade nacional; e, durante a fase de transformação do Estado Nacional, com a instauração de uma nova forma de governo, momento no qual a consolidação republicana teve como seu maior obstáculo a Revolução Federalista.

Nesse contexto, Farroupilha e Federalista têm sido incorporadas à construção historiográfica sul-rio-grandense como exemplos do “espírito revolucionário” dos gaúchos, porém, cada uma delas foi descrita e reconstruída historicamente de modos diferentes pelos escritores da história do Rio Grande do Sul. Em significativa parte da produção historiográfica rio-grandense, nas comparações entre os dois movimentos, predominou a abordagem sob o prisma de uma dicotomia entre ambos, buscando caracterizá-los como

completamente discrepantes entre si. O enfoque geral dirige-se a duas versões que visam qualificar as duas revoltas, rotulando-as, respectivamente como a “boa” e a “má” revolução.

Nessa linha de análise, inserem-se os escritos de Carlos Dante de Moraes, gaúcho de Santa Maria, funcionário público estadual de carreira, tendo se dedicado à crítica literária e a escrever sobre a formação sul-rio-grandense, publicando uma série de livros, ensaios e artigos para diversos jornais. Foi no capítulo “Trinta e Cinco e Noventa e Três”, de seu livro *Figuras e Ciclos da História Rio-Grandense* que Dante de Moraes dedicou-se mais especificamente a traçar um paralelo entre aquelas duas guerras civis. Na obra em questão, o autor busca montar um arcabouço argumentativo para construir duas imagens, destacando os condicionantes positivos (Farroupilha) e negativos (Federalista) dos processos revolucionários e intentando embasar suas asserções em uma “memória coletiva” dos sul-rio-grandenses¹.

Segundo Dante de Moraes, a Revolução Farroupilha foi norteadada por princípios ideológicos “puros” e “pelo sentimento religioso, a razão, a moral e

¹ Sobre o autor e sua obra, observar: LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da História Geral do Rio Grande do Sul: levantamento crítico*. Porto Alegre: Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul; Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, 1979. p. 224-227.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, Instituto Estadual do Livro, 1978. p. 378-379; e VILLAS-BÔAS, Pedro. *Notas de bibliografia sul-rio-grandense: autores*. Porto Alegre: “A Nação”, Instituto Estadual do Livro, 1974. p. 328-329.

o cavalheirismo”, ocorrendo a partir de uma série de circunstâncias através das quais “puderam os seus chefes e inspiradores manter intacta a sua mentalidade ideológica humanitária, cristã, cavalheiresca e fraterna”². Também sobre a Revolução de 1835, o autor determina que esta, embora tivesse a participação da “gente campeira e dos principais estancieiros”, não teria sido “um movimento propriamente do campo”, mas sim “de irradiação visivelmente urbana”. Ele associa a isso o argumento de que a revolta fora conduzida basicamente por setores ilustrados e letrados da comunidade gaúcha, como “padres já célebres em rebeliões passadas, maçons forrados de filosofia política, homens cultos, manejando a pena com desembaraço, ilustrados oficiais do exército” e “membros de sociedades literárias”, ou ainda, “poetas que não se continham ante a fisionomia épica dos acontecimentos”, o que tornara o “ciclo farroupilha” fértil “de trovas populares, de poetas letrados que versejavam à maneira clássica dos últimos arcades”. Em síntese, o escritor definia os líderes da rebelião como uma “elite moral de intelectuais e guerreiros”³.

Nesse sentido, o autor explica que “os chefes rio-grandenses, não obstante a formação campeira de tantos deles, só se sentem bem obedecendo à forma legal, aos ditames morais, aos princípios religiosos”; havendo, “mesmo na sua rebeldia, escrúpulos de consciência que

² MORAES, Carlos Dante de. *Figuras e ciclos da história rio-grandense*. Porto Alegre: Globo, 1959. p. 134-5. A primeira edição do ensaio “Trinta e Cinco e Noventa e Três” foi publicada na Revista *Província de São Pedro*, número 17, em 1952.

³ MORAES. p. 134 e 136-137.

lutariam dramaticamente com as convicções que lhes armavam o braço”. Para Dante de Moraes, a luta pela liberdade representava o elo e único norte de convicção dos rebeldes farrapos, “todos amando a Liberdade com letra maiúscula”, de maneira que se poderia sentir nas suas palavras “o alvoroço de um sentimento que, no Brasil, recém-madrugava e, por isso, adquire para nós uma sonoridade romântica”, uma vez que, “o Rio Grande nesse decênio agitado, se torna o campo de experiência e aplicação de princípios novos e aspirações libertárias, identificando no mesmo ardor incontido homens de procedências as mais diversas”⁴.

Além de ter por objetivo dar um caráter urbano e “ilustrado” às lideranças rebeldes, Moraes também nega que as mesmas pudessem ser consideradas como representantes do caudilhismo. Para ele, àqueles líderes não era atribuível como “fundamento social e histórico o título de ‘caudilhos’”, sendo essa uma “designação que assenta mal aos chefes guerrilheiros de Trinta e Cinco”. O autor ainda imputa aos farrapos uma predominante “influência espiritual” de “sentimentos religiosos”, através da “doutrina cristã”, da “moral católica”; e afirma que, nos “espíritos” rebeldes “a ideia de criatura andava sempre associada à ideia de criador”. Dessa forma, o escritor explica que “esses sentimentos, ditames e princípios é que fizeram dos chefes de Trinta e Cinco um grupo de escol, de vigorosa influência moral, capaz de conter os açaímos, dominar e dirigir os impulsos da massa anônima”, os quais seriam “tão fáceis de deflagrar em licença nos dias de convulsão”. Ele confirma tal perspectiva, ao destacar que do “decênio memorável”

⁴ MORAES. p. 136-137.

ficara “um marcado respeito pelo homem, na sua condição fundamental de ser moral e espiritual, e a submissão reverente aos valores éticos e religiosos”, de onde adviriam “aqueles atos, tão numerosos, de fraternidade cristã, nobreza de alma e generoso cavalheirismo”⁵.

Assim, para Dante de Moraes esse espírito “fraterno”, “cristão” e “cavalheiresco”, teria servido para forjar uma revolução humanitária e até fraterna, uma vez que daqueles ideais adviria uma suavização dos conflitos e rivalidades presentes entre 1835 e 1845, pois, embora chegue a reconhecer, durante a guerra, práticas de violência de parte a parte, considera-as como casos isolados e obras de indivíduos, em geral, fora do controle dos grupos ou de lideranças. Segundo o autor, aqueles princípios teriam servido para refrear a explosão “da desforra campeira, do relaxamento da coação e da disciplina e da liberação dos instintos represados”, os quais poderiam resultar de uma luta que “se prolongou por dez anos, período suficiente para desgastar ânimos mais rijos e propiciar a irrupção de paixões inferiores”, porém, de acordo com Moraes, o que prevaleceu foi “uma preocupação acentuada de legalidade e o desígnio de organizar e construir”, de modo que o “elemento humano da rebelião farroupilha, mais que conduzido, é fortemente influenciado e inspirado” por aquela “elite moral” que liderou a revolta⁶.

Ainda a respeito da Revolução Farroupilha, Moraes destaca que “o que predominou foi sempre o sentimento inarraigável de brasilidade”, com o qual “os

⁵ MORAES. p. 135 e 138-139.

⁶ MORAES. p. 134.

propósitos, os interesses e a combatividade dos rio-grandenses estiveram sempre ao serviço férreo da autoridade central: rei, imperador ou regente”⁷. Nessa linha de raciocínio, o autor contempla alguns dos pressupostos do discurso historiográfico luso-brasileiro que visa identificar toda a formação histórica gaúcha com um caráter nacional português e brasileiro, em detrimento de uma visão que reconheça as influências platinas na região⁸, ao defender a tradicional versão de que, em nome da brasilidade, os farroupilhas negaram-se a receber auxílio do Prata, ou ainda que só tinham feito a república e determinado a ruptura político-institucional com o Império a partir da “intransigência” do governo central.

À Farroupilha, Carlos Dante de Moraes contrapõe a Revolução Federalista, considerando-a como “desprovida” das virtudes atribuídas aquela. Fazendo um levantamento da evolução da marginalidade e da criminalidade no Rio Grande do Sul, entre os dois movimentos, o autor explica “a feição cruel da Revolução de 93”, a qual teria a “muito ativa” participação “do elemento campeiro, obscuro, anônimo, que se forra à responsabilidade, à sombra de chefes e dos homens sem entranhas, feixes de impulsos perversos, curtidos na carreira do crime”. Ele associa à Federalista o surgimento dos “caudilhos” e dos “numerosos

⁷ MORAES, p. 133.

⁸ A esse respeito, ver: GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*, Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 37-113. e TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e antagonismo; a tendência historiográfica luso-brasileira (1927-1957)*. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 1998. p. 13-67.

caudilhetes” aos quais caberia bem “a denominação platina, e atrás deles o elemento citadino agauchado e, sobretudo, a massa campeira”⁹, fatores todos negados quando de sua análise sobre a revolta dos farrapos.

O escritor aponta uma “diferença ideológica entre Noventa e Três e Trinta e Cinco”, considerando a última como a “verdadeira revolução”, ou seja, “esta foi uma revolução, no sentido mais completo da palavra, no seu empenho de antecipar o ideal republicano e federativo”. Quanto a esse aspecto, a Federalista, é diferentemente encarada pelo autor, uma vez que, ao confundir princípios parlamentaristas com reação monárquica, ele afirma que essa revolta lhe aparecia “como uma reação, pois visava restabelecer uma tradição parlamentar, que se quebrara violenta e fatalmente com a República”¹⁰. Nesse quadro, ao contrário do que fizera acerca da Revolução Farroupilha, ele estabelece profundas críticas aos líderes das forças rebeldes durante a Revolução de 1893, principalmente por não terem refreado o conteúdo de violência e todo o “mal” que teria cercado tal rebelião.

Ao fazer essa censura às lideranças da Federalista, Moraes afirma: “quando nós estancamos ante a violência e crueldade de Noventa e Três, assaltamos a necessidade de indagar por que razão os grupos dirigentes não souberam ou não puderam frear, como em Trinta e Cinco, os instintos anárquicos da massa rural, o desbordamento dos maus impulsos e da criminalidade”. Ele acusa ainda que, durante a guerra civil de 1893 “nunca se conjugou com tanto furor e

⁹ MORAES. p. 142 e 164.

¹⁰ MORAES. p. 165.

determinação prática o verbo castigar”. Mais uma vez comparando os dois movimentos, o autor argumenta que o que mais feria a sua “visão histórica é a atitude dos elementos dirigentes” que, “ao invés de subjugar os impulsos anárquicos”, como fora feito “em Trinta e Cinco, eles se acumpliciam com os mesmos, tolerando-os indiferentes, quando não os utilizam ou estimulam abertamente”. Nesse sentido, o escritor alinhava que “à sombra ou no resguardo dessa cumplicidade tácita ou deliberada é que Noventa e Três se torna a foz, o imensurável estuário da libido homicida, dos apetites de sangue, de violação e massacre, de tudo o que destrói a pessoa humana e o seu prolongamento patrimonial” advindo “daí aquele desrespeito absoluto à criatura humana”¹¹.

Para Dante de Moraes, a Monarquia só deixara heranças maléficas à conjuntura política e social brasileira e gaúcha, pois “os chefes políticos, os fazendeiros de prestígio, os caudilhetes de vária procedência se entrosaram ardorosamente no mecanismo parlamentar do Império. Desse modo, quanto a tais lideranças, o autor explica que as “suas energias cívicas se concentram na luta política, nos embates partidários, como o melhor derivativo à sua combatividade”, enquanto que “a massa rural analfabeta, sem voto no sistema de sufrágio indireto, permanece fora da arena cívica”, e, dessa massa, “boa parte dela age disciplinada ao lado dos seus chefes, na lida das estâncias”, porém, outra “fica à parte, seminômade, ingovernável e associal”. Segundo o escritor, foi tal segmento da população rio-grandense o

¹¹ MORAES. p. 162, 168 e 170.

mais atuante durante a Federalista, pois, ao invés do “monarca das coxilhas, narciso de facão, altaneiro e valente”, teria prevalecido a figura do “*gaúcho malo*, despido de cavalheirismo”, de maneira que tal rebelião revolvera “até o fundo uma sociedade onde havia grupos em estado semibárbaro e desajustamentos clamorosos”¹².

Ao apontar a Revolução Rio-Grandense de 1893 como uma “vasa imensa de ódios, crueldades e horrores”, Moraes propõe que se colocasse “uma cortina sobre os atos tétricos de Noventa e Três”, argumentando que seu “fito não é evocá-los e muito menos descrevê-los em sua minuciosa hediondez”, pois “precisaria haver da nossa parte um pouco de complacência sádica, que felizmente nos falta”¹³. Nessa linha, ela adota a postura de diversos historiógrafos gaúchos que optaram por deixar a Federalista no limbo do esquecimento histórico, preferindo silenciar do que abordar seus intrincados elementos constitutivos¹⁴.

¹² MORAES. p. 143-144 e 169.

¹³ MORAES. p. 174 e 171.

¹⁴ Para o autor, essa necessidade do silêncio diante da Federalista era proveniente das paixões e imparcialidades que marcaram o conflito e os escritos sobre ele entabulados: “O historiador de hoje se afasta dela como de uma época sinistra e malsinada, que não tenta o desejo nem a força de interpretação. Em contraste com a opulenta historiografia de Trinta e Cinco, a de Noventa e Três é escassa e defeituosa. Ante a análise imparcial e o desígnio de revelar a verdade, fremente uma documentação apaixonada, que recende ainda a sangue e a pólvora. As acusações tremendas de que está cheia, as suas palavras de ódio e recriminação ferem a nossa serenidade e parecem reclamar que tomemos partido, que não

Na epígrafe de seu ensaio, no qual pretendia levantar “aspectos de psicologia social e política” das duas revoluções, o autor cita que “as exigências práticas que pulsam debaixo de cada juízo histórico, dão a toda a história caráter de ‘história contemporânea’”, de forma que, “por distantes que possam parecer no tempo os fatos por ela referidos, a história, na realidade, está em relação com as necessidade atuais e a situação presente em que vibram aqueles fatos”¹⁵. Nessa perspetiva de pensamento, para legitimar suas asseverações profundamente negativas em relação à Revolução Federalista, Dante de Moraes apela à uma “memória coletiva” dos gaúchos, que perpassava entre as gerações e que teria plasmado aquelas identidades da “boa” e da “má” revolução:

Quão diferentes se representavam a nós, na meninice, os homens de Trinta e Cinco e os de Noventa e Três! dos primeiros, pais e avós nos falavam como se fossem deles familiares. O fervor das palavras, o interesse vivo que animava as narrativas, a dramaticidade dos lances descritos, enobrecidos por atos cavalheirescos, deixavam a nossa alma suspensa, absorta, divagando nostálgica através de um passado que não conhecêramos, épico e formoso. Quando,

fiquemos ante ela em uma atitude de isenção e distância intelectual. Meio século decorrido não foi bastante para desafogar e clarear o horizonte histórico. Passamos por Noventa e Três como quem atravessa uma estância infernal. E quando saímos à luz, ciosos de visão objetiva, sentimos tristeza e acabrunhamento”. MORAES. p. 128.

¹⁵ MORAES. p. 125.

porém, nos diziam de Noventa e Três, a nossa receptividade mudava por completo, porque também era outra a atitude dos narradores. Ante o que era realmente de ontem, ficávamos desorientados e perplexos... Os acontecimentos se despiam de qualquer poesia, numa guerra dura, cruel, perversa. Referiam-nos ódios, vinganças, crimes hediondos, que tomavam conta da nossa visão, sem o recuo do tempo, como na crônica policial de atentados sensacionais. (...)

A quem tenta compreendê-la, a quadra em que se dilaceram republicanos e federalistas aparece inóspita, ingrata, anti-épica apesar dos seus heroísmos, sem coisa alguma da sedução e o prestígio do período farroupilha.”¹⁶

Assim, o paralelo traçado por Dante de Moraes, na comparação entre as revoluções Farroupilha e Federalista, enquadra-se nas versões entabuladas pela historiografia tradicional a respeito dos dois movimentos¹⁷. Nesse quadro, a guerra civil de 1835 aparece como detentora de todas as virtudes e na qual se originaram boa parte dos mitos e heróis da historiografia

¹⁶ MORAES. p. 127-128.

¹⁷ Segundo Sandra Pesavento, “a Revolução Federalista é incômoda para o imaginário construído sobre o Rio Grande. Comparativamente à Revolução Farroupilha, não há como negar que essa guerra civil tinha muito mais a oferecer, enquanto imagem e discurso, para a elaboração de um sistema de representação que visa construir uma identidade regional”. PESANTO, Sandra Jatahy. *Revolução Federalista: a memória revisitada*. In: POSSAMAI, Zita (org.). *Revolução Federalista de 1835*. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Cultura, 1983, p. 19.

tradicional/oficial e das tendências ligadas ao regionalismo/tradicionalismo. Já a revolta de 1893 é normalmente “esquecida” ou “purificada” de seu conteúdo de violência, que, por sua vez, traduz o próprio contexto político-ideológico e socioeconômico no qual ocorreu o movimento. Farroupilha e Federalista foram realmente diferenciadas em vários aspectos, mormente por terem ocorrido em momentos históricos diversos; essas discrepâncias, porém, não se resumem a esquemas simplistas e avaliatórios dos possíveis “méritos” de cada uma, tendo por sustentação o pressuposto maniqueísta da revolução “boa”, “verdadeira”, “não-caudilhesca” e “válida”, em detrimento da revolta “má”, “reacionária”, “caudilhesca” e “mal-liderada”.

Essa visão reducionista marcante na obra de Carlos Dante de Moraes reproduz as características do contexto historiográfico no qual se inseriu o autor e que se tornaria uma recorrência em boa parte da produção intelectual acerca da história gaúcha. Edificou-se uma história da revolta dos farrapos através de uma versão romantizada, cheia de heroísmo e bravura, e representando-a como um movimento unificador das forças gaúchas. Enfim, enquanto a Revolução de 1835 é plasmada como um movimento unívoco e monolítico, a de 1893, sob o argumento da violência desenfreada, aparece como prenhe em equivocidades e quase como um paradoxo no conjunto da evolução histórica sul-riograndense, devendo, por isso, ser relegada a um segundo plano, ou ainda esquecida no silêncio do historiador. Buscando legitimar seu pensamento através de uma suposta e propalada memória coletiva, Dante de Moraes contribuiu para plasmar as identidades de uma

“revolução heroica”, a Farroupilha, e de uma “revolução fratricida”, a Federalista, rótulos que perpassaram por décadas marcando a construção historiográfica sul-riograndense a respeito daqueles movimentos¹⁸.

¹⁸ Publicado originalmente em: *Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 97-105.

Preparação e eclosão da Revolução Federalista na perspectiva da imprensa oposicionista gaúcha (um estudo de caso)

A transformação institucional ocorrida no Brasil a partir de 15 de novembro de 1889 representaria um ponto de inflexão na vida política nacional. Desde então e até que se consolidasse a nova forma de governo, foram vários os grupos partidário-políticos que se digladiaram em busca de instaurar o novo regime em consonância com suas respectivas feições ideológicas. Nesse sentido, liberais, positivistas, jacobinos, entre outros, disputaram entre si a primazia de moldar de acordo com seus ideais a incipiente república, além do que, militarismo e civilismo; federalismo e unitarismo; centralização e descentralização; ditadura/autoritarismo e democracia foram alguns dos temas debatidos à extenuação durante os primeiros anos do processo de implementação da forma de governo republicana. Cada uma dessas vertentes (ver CARVALHO. 1990. p. 24- 27.) dizia-se a representante de uma “verdadeira república”, a qual era idealizada respectivamente pelos agrupamentos em oposição ao modelo defendido pelos demais. Tais embates eram fruto da grande movimentação de ideias, em geral

importadas da Europa e que na maioria das vezes eram mal absorvidas ou metabolizadas de maneira parcial e seletiva, resultando em grande confusão ideológica (CARVALHO. 1997. p. 42.).

No Rio Grande do Sul, esse processo foi ainda mais enfático, levando a um debate tão acirrado que redundaria na deflagração da guerra civil. Com a chegada da nova forma de governo, o líder republicano Júlio de Castilhos iria estabelecer um modelo governativo baseado em ideais de cunho positivista, em práticas autoritárias, em ampla concentração de poder e em um extremado exclusivismo político-partidário e ideológico. Nesse sentido, forjou-se nas terras gaúchas o regime castilhista que iria predominar durante grande parte da chamada República Velha, calcado no projeto de perpetuação no poder de um modelo personalista, centrado em Castilhos e seus fiéis sectários. A partir da ascensão do castilhismo, se formaria uma ferrenha oposição no contexto sul-rio-grandense, composta por aqueles que haviam sido afastados e/ou alijados do poder, por meio das práticas exclusivistas e que não teriam mais a chance de reavê-lo por meio das urnas. O grupo oposicionista era heterogêneo por natureza, reunindo membros dos antigos partidos imperiais liberal e conservador, que acabariam por se reunir sob a liderança de Gaspar da Silveira Martins, notadamente a partir da criação do partido federalista, além das várias gerações de dissidências republicanas, que se afastaram ou foram afastadas do partido republicano rio-grandense por discordâncias com Castilhos, o chefe máximo da agremiação.

A inviabilidade por chegar ao poder pela via do voto, tendo em vista a bem elaborada máquina eleitoral

moldada pelos governistas, levaria a uma crescente insatisfação de parte das oposições gaúchas, formando-se um ambiente irreversível de ódios e paixões partidárias. Somente por ocasião do golpe de estado praticado pelo primeiro presidente da república Deodoro da Fonseca, o que acabaria provocando o seu afastamento do poder, foi que as oposições conseguiram chegar ao governo, com a derrubada de Castilhos. Tal interregno, entretanto, duraria apenas sete meses, período pejorativamente denominado de Governicho, e revelaria com eficácia a heterogeneidade das oposições que não conseguiram articular-se entre si para permanecer no poder e logo seriam derrubadas, com o retorno das forças castilhistas. Mas o clima de violência já tomara conta do estado, tratando-se de um caminho sem volta em direção à guerra, com a eclosão da Revolução Federalista, no início de 1893 (ver ALVES. 2002a. p. 9-40).

À época, defrontaram-se os castilhistas que tiveram o decisivo apoio do governo federal, na figura do presidente Floriano Peixoto, contra os federalistas que se aliaram aos dissidentes republicanos, reunindo na mesma frente vários matizes ideológicos que muitas vezes só tinham um ponto em comum - o anticastilhismo. A guerra não foi travada apenas com as armas à mão, uma vez que se desenvolveu, paralelamente à sangrenta luta, um acirrado embate por meio das palavras, difundido mormente através da imprensa. Assim, era comum em várias das localidades gaúchas a existência de folhas que se antagonizavam entre si, cada qual defendendo um dos lados em confronto (RÜDIGER, 1990. p. 26-35.), forjando-se a partir de então verdadeiro conflito discursivo por meio

do jornalismo. Nessa conjuntura, o ambiente de deflagração revolucionária passaria a praticamente ditar as regras na construção discursiva dos jornais, sendo poucos aqueles que direta ou indiretamente não tiveram algum vínculo com o embate bélico, de modo que as condições de produção, calcadas na guerra, passavam a constituir um quadro de informação prévio e necessário à observação interna de cada realidade discursiva (OSAKABE. 1979. p. 76.) estabelecida a partir das várias publicações periódicas que naquele momento circulavam.

De acordo com tal contexto, a imprensa sul-riograndense à época da Revolução Federalista foi marcada por construções discursivas fortemente embasadas no conteúdo político e partidário. Tais edificações discursivas estão intimamente vinculadas à luta pelo poder, uma vez que a política consiste em um dos lugares onde o discurso exerce, de modo privilegiado, alguns de seus mais temíveis poderes, uma vez que o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que e pelo que se luta, ou seja, o poder do qual os indivíduos pretendem se apoderar (FOUCAULT. 1996. p. 9-10). Dessa forma, o objetivo do discurso político é vencer a luta através do jogo da desconstrução e reconstrução de significados, interpelando através da construção articulada de uma visão de mundo, refletindo-se assim, por meio das palavras, as ideias e atitudes (PINTO. 1989. p. 51-52.), em quadro pelo qual a imprensa tem um papel fundamental em redimensionar o discurso político, criando inclusive novos polos de polêmica, pautando temas e comportamentos (PINTO. 1995. p. 67-68).

O tenso ambiente da guerra civil serviria como terreno fértil a uma constante bipolarização partidária e verdadeira dicotomia política quanto às ações e ideias dos grupos divergentes. Esses enfrentamentos traduziram-se também na formação de um conflito discursivo expresso em grande parte através do jornalismo, ou seja, na existência de dois contextos discursivos antagônicos, no qual os interlocutores se constituem como dois lugares sociais com igual poder de palavra, mas adversários, de maneira que esses dois contextos se remetem a discursos em algum sentido em conflito e, nessas circunstâncias, a relação enunciativa se desenvolve como uma luta pela hegemonia de um deles (MARTINS. 1990. p. 180-181.). Nessa linha, o discurso político está intimamente relacionado com o caráter de luta que a construção desse tipo de discurso envolve, em uma disputa que consiste no jogo do significado, e no próprio jogo da construção do antagonismo, ou seja, cada discurso busca construir a sua visão de mundo em oposição à visão de mundo do inimigo e o antagonismo se constrói pelo esvaziamento do significado do discurso do outro (PINTO. 1989. p. 55).

Passavam então a ser plenamente detectáveis as diversas estratégias discursivas utilizadas para enunciar o correligionário e o oponente, possibilitando o reconhecimento da autodesignação dos parceiros e dos adversários nos textos políticos e também de questões em torno de como um partido designava a si mesmo, a seus aliados e aos seus inimigos (PROST. 1996. p. 312-313). Dessa forma, a propaganda das formas de agir e pensar dos aliados passa a ser uma das tônicas da construção discursiva, bem como as estratégias de desqualificação do adversário constituem um dos polos

constitutivos do discurso político. Assim, o sujeito político que combate um opositor deve rejeitar os valores preconizados por este, questionando a probidade do adversário, suas contradições, sua incapacidade de manter promessas, suas alianças nefastas e sua dependência diante da ideologia de seu partido (CHARAUDEAU. 2006. p. 92-93). Tais conflitos discursivos marcaram de modo indelével a imprensa rio-grandense à época da Revolução Federalista, com várias publicações defendendo castilhistas e tantas outras sustentando os seus opositoristas e nesse contexto deu-se a circulação do *Bisturi*, um dos mais notórios jornais caricatos gaúchos e que adotaria uma posição bem marcada no confronto predominante.

O *Bisturi* foi uma das mais importantes folhas caricatas publicadas no Rio Grande do Sul à segunda metade do século XIX. Sua circulação iniciou a 1º de abril de 1888 e manteve a tradição dos jornais de seu gênero de então, dedicando espaço gráfico dividido igualmente entre textos e desenhos, primeiramente com oito páginas e, mais tarde, em formato maior, com quatro páginas. Seu redator-proprietário e desenhista foi Thádeo Alves do Amorim, experiente nas lides da caricatura, pois trabalhara em vários dos representantes desse tipo de jornalismo no contexto rio-grandino, como o *Amolador*, o *Diabrete*, o *Marui*, vindo a assumir a propriedade deste, para mais tarde editar a *Semana Illustrada* e finalmente o *Bisturi*, onde atingiu o ápice de sua carreira (FERREIRA. 1962. p. 153-195; e FERREIRA. 1971. p. 335.). Esse hebdomadário circularia de forma regular até 1893 e, posteriormente, prosseguiria ainda até o início do século seguinte, mas de forma esporádica e irregular. Dedicando-se a um jornalismo crítico e opinativo por

natureza, o *Bisturi* realizaria em larga escala a crítica social e de costumes, mas seria a de cunho político a sua marca registrada. O próprio periódico apresentava-se como uma folha satírica e humorística, destinada a publicar caricaturas, alegorias e outros desenhos da atualidade, poesias e artigos cômicos, sátiras e críticas à política, artes e literatura, além de outros assuntos de ocasião e retratos de personagens célebres, deixando suas intenções bem demarcadas no “programa” explicitado em sua edição inicial¹⁹.

Apesar de praticar uma crítica política cheia de ironia e humor, zombando desabridamente dos donos do poder, fosse no contexto local, no regional ou no nacional, o *Bisturi* teve, desde o início de sua circulação, uma orientação político-partidária, demonstrando uma postura que variou da simpatia ao engajamento,

¹⁹ Assim o jornal expressava-se em sua apresentação: O labor da imprensa foi sempre o alvo de nossas aspirações no meio do burburinho da vida social. *Bisturi* chama-se o hebdomadário com que nos apresentamos ante a população civilizada da nobre cidade do Rio Grande, e temos muita confiança em que a sua visita não será repudiada, segundo o propósito inalterável em que estamos de torná-lo agradável, já nas seções de desenhos, já na redação, guardados os princípios determinados pela urbanidade, ainda quando for de mister o sermos um pouco pungentes na luta de coerção aos desvios que por vezes nos envergonham. O *Bisturi* se empenhará na extirpação da lepra social dos escândalos, da calúnia, de todos os vícios, enfim, sem que se lhe notem as invectivas livres e as alusões imorais que desedificam na prática do comedimento dos mútuos deveres da família social. Nas linhas que ficam, está lavrada a profissão solene de nossa fé jornalística (1º/abr./1888)

primeiramente em relação ao partido liberal e sua principal liderança gaúcha, Gaspar da Silveira Martins, para, posteriormente à mudança da forma de governo, aliar-se aos federalistas e aos revolucionários anticastilhistas. Nesse sentido, o semanário, nos últimos anos da monarquia, teceu severas críticas ao gabinete conservador e congratulou-se com a ascensão do último ministério imperial de cunho liberal, apoiando peremptoriamente tal grupo. Ainda durante a monarquia, o jornal não chegou a demonstrar maiores aptidões quanto à mudança na forma de governo, mas recebeu a república de braços abertos, com a ressalva de que desejava que ela viesse em nome da liberdade.

Durante os primeiros tempos da nova forma de governo, o *Bisturi* manteve o apoio à república, entretanto, à medida que o autoritarismo ganhava cada vez mais espaço nas práticas dos novos donos do poder, em uma relação diretamente proporcional, o semanário caricato ia alterando sua postura. Ainda que demonstrasse certa nostalgia em relação aos tempos monárquicos, mormente no que tange às liberdades individuais predominantes durante boa parte do II Reinado, a folha não chegou a manifestar um viés restaurador, mas, crescentemente, colocou-se na oposição aos governantes. Tal perspectiva, além da antinomia em relação aos métodos autoritários governamentais, advinha também da tradicional simpatia do periódico pelo liberalismo gasparista que voltaria a se manifestar com veemência. A visão crítica acerca dos rumos da república recairia enfaticamente na conjuntura nacional sobre os presidentes Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, e, no contexto regional, sobre Júlio de Castilhos, o maior alvo dos ataques do hebdomadário.

A decepção para com o regime ficaria expressa nas páginas do jornal caricato através das próprias representações da nova forma de governo. Primeiramente a república aparecia como a deusa romana, imaculada e pura, recepcionada por indígena que simbolizava o povo brasileiro. Progressivamente, a imagem da “deusa-república” iria se desvirtuando, sendo a mesma mostrada como uma dama de barrete frígio à beira do abismo e ameaçada por morcegos que designavam os males que a afligiam, como indígena que carregava pesada cruz que simboliza os desmandos da vida nacional, como uma jovem desnuda, próxima a ruínas e desprotegida ante as ameaças que a rodeavam, ou ainda como uma mulher desesperada, vendo as dívidas e as “ratazanas” – ou seja, os homens públicos de então – tomando conta de sua casa. Segundo o periódico, a vigente não era a república com que todos haviam sonhado, demonstrando claramente que aquela era mais uma manifestação em prol da tão idealizada e jamais obtida “verdadeira república”.

À medida que a postura autoritária e exclusivista dos novos detentores do poder se agudizava, as oposições aos mesmos também se acirravam, fenômeno que foi ainda mais enfático em relação ao Rio Grande do Sul. Como em um ciclo vicioso, com o crescimento das forças oposicionistas, acirrava-se ainda mais o autoritarismo, de modo que as instâncias político-institucionais normais não daria vasão a tais desacertos, vindo o país a mergulhar em ferrenha guerra civil. Diante da Revolução Federalista, o *Bisturi* não teria dúvidas e se aliaria fielmente à causa revolucionária, intensificando-se significativamente a partir de então as suas convicções anticastilhistas. As manifestações do semanário foram de

tamanha veemência que ele pode ser considerado como uma das publicações periódicas sul-rio-grandenses que mais fortemente agiu não só na oposição quanto até mesmo na resistência ao castilhismo. Tal atitude custaria caro à folha, sendo seu redator-proprietário vigiado de perto pelas autoridades públicas, chegando a ser perseguido e até mesmo aprisionado, episódios que levaram a seguidas suspensões na circulação da folha. Apesar desse acirrado cerceamento, o hebdomadário manteve sua postura de oposição/resistência até quando lhe foi possível, ou seja, quando a política coercitiva governamental chegou ao auge, com uma draconiana legislação de imprensa e um controle discursivo acirrado que tiraria a seiva editorial do impresso caricato rio-grandino, o qual só à força foi calado.

Nesse universo de reações do hebdomadário caricato acerca dos modelos empregados pelos governantes republicanos na instauração da nova forma de governo, partindo de um entusiasmo inicial para uma grande decepção e daí à oposição a tais homens públicos, o chefe republicano gaúcho, Júlio de Castilhos, seria escolhido pelo *Bisturi* como o arquétipo da figura do inimigo. As manifestações de antipatia ao castilhismo começariam cedo, mesmo quando o jornal ainda mantinha algum crédito nos rumos da república, refletindo o antagonismo da folha para com as práticas exclusivistas e autoritárias do governante gaúcho. Essa perspectiva negativa deu-se a partir de desenho publicado por ocasião de uma visita de Castilhos à cidade do Rio Grande, no qual ele era representado pelo arremedo de uma figura antropomórfica/zoomórfica, com corpo de pato e cabeça humana, sobre a qual estaria o indefectível símbolo da república, o barrete frígio. Já os

admiradores/seguidores daquela liderança partidária eram apresentados metamorfoseados plenamente como patos, mas mantido o barrete frígio às cabeças. O pato foi uma das figuras mais utilizadas pelo semanário para adjetivar pejorativamente os seus adversários. Apesar das dificuldades em atribuir-lhe um simbolismo especial (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 692), o animal salientado, nesse caso, tende a relacionar-se ao indivíduo simplório, paspalho ou bobo, buscando-se menosprezá-lo. Apesar dessa imagem ter servido ao jornal para atingir a diversas personalidades, Júlio de Castilhos foi o alvo preferencial dessa forma de crítica e, coincidência ou não, “Pato” era o apelido do líder republicano quando adolescente (FRANCO, 1995. p. 36). A legenda era pautada na ironia bem humorada: *A “marrecada” republicana fez uma recepção estrondosa ao “pato” Castilhos (1º/jun./1890).*

As esperanças para com uma república libertária desvaneceram e o semanário rio-grandino intensificaria suas críticas aos homens públicos que dominavam a cena política nacional e regional. Deodoro da Fonseca, outrora tratado como o “herói-fundador” da república, passava a cada vez mais ser censurado e atacado, concentrando o jornal suas manifestações em torno das denúncias aos desmandos e à corrupção que estariam a dominar o governo vigente. Tal abordagem crítica ganharia ainda mais peso a partir do golpe de estado perpetrado pelo primeiro presidente da república, de forma que o marechal Deodoro passou a ser alvo de textos e desenhos carregados de ataques ferrenhos e corrosivos. Como não poderia deixar de ser, o *Bisturi* seguiu a estratégia discursiva das oposições gaúchas de buscar associar ao máximo a figura de Júlio de Castilhos com o

presidente golpista, no intento de desestabilizar o governo estadual. Mesmo com a derrubada do castilhismo, o periódico não se deu por satisfeito, desejando também a derrocada do governante na esfera federal. Nesse sentido, a folha afirmava que já se havia arrancado o “javali” do seu “nefando covil” e que já estava em poder dos revoltosos o “famigerado” Castilhos, mas que não estaria ainda terminada a honrosa missão dos “bravos patriotas”, que teriam pela frente uma segunda luta, não menos gloriosa e brilhante, nem de certo menos terrível, uma vez que seria preciso esmagar o “chefe déspota”, o “patoteiro imoral”, afastando-o do poder onde havia sido colocado para eterna vergonha do povo brasileiro e para desonra do pavilhão nacional, respeitando-se, assim, os brios tradicionais de um povo livre e independente como o brasileiro (15/nov./1891).

A deposição de Deodoro da Fonseca foi amplamente comemorada pelo jornal que muito se congratulou com o movimento que, à época, ficou conhecido como a Revolução de 8 de Novembro de 1891. As críticas quanto às práticas governativas intensificaram ainda mais a partir de então, ao mesmo tempo em que a filiação ao liberalismo gasparista mantinha-se intacta, ainda mais após a volta de Silveira Martins do exílio, notícia comentada com júbilo por parte do semanário. De acordo com tal perspectiva, se daria a aproximação do periódico com os ideais dos opositores federalistas, vindo, portanto, a também tecer críticas ao denominado Governicho. Mas o jornal teria de voltar mais uma vez ao enfrentamento em relação ao castilhismo, tendo em vista o retorno de Júlio de Castilhos ao poder. Acerca da retomada do modelo castilhista, o hebdomadário publicaria desenho no qual o

chefe republicano era elevado ao alto em uma gangorra, única e exclusivamente graças ao apoio dos militares. A gangorra age tal como uma alavanca que é o princípio ativo, enquanto coloca em movimento o princípio passivo, a matéria inerte (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 27). Desse modo, o jornal buscava representar que Castilhos não chegara ao poder amparado pelo apoio popular e sim através da força militar do governo federal, agora nas mãos de Floriano Peixoto. Nos bolsos dos dois personagens apareciam papéis com as palavras demissões, patotas, vingança, ódio e repressão, em alusão ao que era considerado como as condenáveis práticas governamentais, bem como constituíam as mazelas derivadas das atitudes que o periódico apontava como continuidades em relação aos novos detentores do poder. A legenda era lacônica: *Divertimento político da atualidade* (19/jun./1892).

Apesar da vigilância muito próxima e das inevitáveis perseguições o semanário caricato continuaria firme no combate ao castilhismo e suas atitudes autoritárias. A coerção sobre a liberdade de expressão, por vezes, levava o jornal a uma estratégia discursiva embasada na sutileza das manifestações quanto aos adversários. Nesse sentido, em um texto carregado de ironia, o periódico descrevia a situação de “tranquilidade política” que o castilhismo trouxera ao Rio Grande do Sul, fazendo, em forma de protesto, afirmações que iam completamente de encontro à realidade e à própria opinião da folha. De acordo com tal procedimento, afirmava que todos permaneciam em completa bonança, descrevendo um cenário no qual os partidos estavam em uma “lua-de-mel” e no mais completo gozo da frase poética *o teu amor é uma cabana*, em

lugar ignoto, de que ninguém poderia dar notícia. E, com a mesma ironia, concluía que os rio-grandenses estavam, a olhos vistos, todos republicanos, de modo que nada seria mais justo, porque a situação dominante, com aquele estado de coisas, tornara-se adorável (17/jul./1892).

Júlio de Castilhos voltaria a visitar a cidade do Rio Grande e o *Bisturi* não perderia a oportunidade de retomar a carga, manifestando abertamente seu espírito anticastilhista, apresentando uma série de desenhos nos quais destacava a sua visão acerca da visita. Em um deles, Castilhos, mais uma vez desenhado como um pato e aparecia recebendo as homenagens da população, que, segundo a folha, não seriam nada espontâneas, e sim levadas a efeito pela força, através dos “capangas” – homens mal-encarados e armados até os dentes – que acompanhavam o líder republicano. O semanário assim descrevia a cena: *O majestoso préstito desfilou triunfalmente pela rua do saudoso Pedro II, por entre aclamações ruidosas de vivas à República! Viva o chefe!... Viva a legalidade! Ao que retrucava: Viva a anarquia e morra a Monarquia... Vivas que o eco repercutia - quá... quá... quá... Na retaguarda, nas costas de S. Ex., vinha um valente grupo de “cidadãos prestantes”*. Na mesma edição, o periódico ainda destacava a adulação de certos indivíduos para com o chefe castilhista, desenhando-o com os braços, símbolo da força e do poder (CHEVALIER & GHEERBRANT. 1991. p. 140), deformados e alongados para conseguir atender a todos os seus “simpatizantes”. Nessa gravura, a legenda era: *Todos disputam a grande honra em oferecerem o braço a S. Ex. que estava seriamente comovido e atrapalhado para dar braço a tanta gente* (14/ago./1892).

A crescente violência que passou a campear pelo Rio Grande do Sul nos meses que antecederam a própria deflagração revolucionária foi constantemente denunciada pelo hebdomadário rio-grandino que imputava toda a culpa por tal quadro às forças governistas rio-grandenses-do-sul, e, para tanto, mostrava os castilhistas de armas em riste atacando populações civis²⁰. Mantendo suas manifestações anticastilhistas, o semanário apresentava o líder republicano gaúcho chefiando a sua “tribo” de selvagens, em verdadeira dança de destruição. Tal constatação deriva da perspectiva pela qual a dança constitui uma pantomina de metamorfoses que tende a converter o bailarino em deus, demônio, ou uma forma existencial pretendida. Ao retratar Júlio de Castilhos dançando, o jornal o faz de forma pejorativa, além disso, o fato de colocá-lo à frente de uma tribo de negros, traduz também um caráter intencionalmente racista ao provocar a consideração de que a imagem do homem negro aludiria à parte inferior humana, ou ainda, que as raças negras são filhas das trevas (CIRLOT. p. 199 e 405). Tal sinistro folguedo era explicado pelo periódico como cenas de selvageria as quais não se davam só no

²⁰ Nessa linha, a folha afirmava: Na Campanha continuam as tragédias medonhas de assassinatos, roubos, degolações e outras perversidades humanas praticadas em nome da “legalidade”. A horda de malfeitores, capitaneados por chefes rancorosos e vingativos assassinaram famílias inteiras, degolando em pé, para terem o prazer de ver os infelizes correndo campo afora com a artéria decepada. Depois do saque, os bandidos atacam fogo nos ranchos para aqueles que escaparem do punhal morrerem à fome e à miséria.

centro da Campanha, mas também nas cidades, onde “caciques” acompanhados de alguns “zulus” assaltavam propriedades, davam tiros, quebravam vidraças e eram os mesmos “caciques” carregados “em triunfo (21/ago./1892).

A guerra civil propriamente dita ainda não havia começado, mas os crimes, os enfrentamentos, as provocações e as escaramuças espalhavam-se pelos mais longínquos rincões rio-grandenses. Cada uma das partes em litígio culpava a adversária pela deflagração de tal onda de brutalidades e exasperações que dominava a vida gaúcha naquele momento. Nessa linha, ao noticiar a violência, o *hebdomadário* acusava os governistas de estarem a brandir o punhal do infame assassino contra o povo gaúcho (2/out./1892). Nesse sentido, o periódico apontava também a “pasmosa e requintada malvadez” praticada pelos *carolinos* da situação dominante, ou ainda os “bárbaros crimes” praticados em nome da *legalidade*, os quais vinham levando o luto e a miséria por toda a parte. As acusações recaíam ainda sobre um “horroroso itinerário” de homicídios e de atos de “verdadeiro canibalismo”, revestidos de todas as ferozes circunstâncias que se poderia imaginar (9/out./1892).

Nesse sentido, o *Bisturi* sustentava ardorosamente o conflito discursivo e as versões calcadas nos ódios e paixões partidárias então dominantes. Os ataques ao castilhismo tornaram-se ainda mais veementes e o jornal acusou-o por todos os males que afligiam o Rio Grande do Sul. Em um desenho, Castilhos era apresentando como um “Satanás”, o qual, entre os diabos e demônios, designa, por antonomásia, o adversário propriamente dito, tão arrogante quanto

mau, ou seja, tal termo indica por si só, cada vez mais, um ser essencialmente mau e tornar-se-á um nome próprio - o do poder do mal (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 805). Na figura, o chefe republicano era apresentado com as asas da "tirania", levando às mãos o "ódio" e a "vingança", sob o rufar do tambor da "política" e acompanhado pelos "morcegos-republicanos", das "perseguições", das "infâmias" e do "despotismo". Além disso, Castilhos levava a "miséria", a "morte", os "incêndios", os "roubos" e a "destruição" à população rio-grandense. Sob a gravura, aparecia a inscrição: *E assim passou, com o riso de Satanás, por entre as humanas vítimas, nunca farto de lágrimas maternas e dos gritos das misérrimas crianças arrojadas (oh dor!) às labaredas em honra do seu ídolo iracundo* (18/dez/1892).

Ainda a respeito de outra passagem de Júlio de Castilhos pela portuária cidade do Rio Grande, a folha mais uma vez apresentava Castilhos como a já tradicional figura híbrida do pato - cabeça humana com as feições do líder partidário de chapéu e mala à mão, mas com o corpo do animal - que sobrevoava a urbe, afirmando: *"O horrendo monstro atravessou o espaço, qual tempestade trovejando ao longe* (18/ dez./1892). No início de 1893, como que prenunciando uma possível derrota do castilhismo tendo em vista a iminente revolução que se avizinhava cada vez mais, a folha manifestava o seu desejo pela derrocada de Júlio de Castilhos que era mostrado chorando, tendo ao colo um também choroso asno, designando o "partido castilhista". Nesse caso, o animal desenhado constitui um símbolo da ignorância e um emblema da obscuridade e até mesmo das tendências satânicas, indicando a busca de seduções materiais

(CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 93-94). Na cena retratada aparecia também a “morte”, simbolizada por sinistros esqueletos que se aproximavam. A legenda era na forma de versos: *Em que tormento o mísero se debate/ Sem poder fugir da cólera infinita/ Em torno esvoaçam pavorosas sombras/ E da maldição à interminável grita* (8/jan./1893).

Ao mesmo tempo em que atacava o castilhismo, o *Bisturi* utilizava suas páginas para enaltecer as lideranças que pegaram em armas para combater o regime vigente no Rio Grande do Sul, prestando-lhes enfáticas homenagens e apresentando-lhes como promotoras de uma missão libertária. A folha mantinha as constantes denúncias contra o autoritarismo governamental e a falta de liberdade de expressão que cada vez mais ganhavam terreno. Apesar da vigilância muito próxima, o periódico ainda se propunha a manter-se no combate, afirmando que pouco importava a morte quando se cumpria um dever de consciência, apesar de saber que dizer a verdade era expor o coração ao punhal do banditismo oficial (21/jan./1893). Mesmo após o início da revolta, o hebdomadário persistiu no caminho da oposição e da resistência, criticando as condições impostas pelos governantes em nome da “legalidade”. Nesse sentido, manifestava asco pela “gente do poder e da abastança”, que olhava aos homens do labor com desprezo (12/fev./1893). De acordo com o jornal a anarquia e a desordem espalhavam-se o que estaria a provar que os governantes republicanos não permaneciam em seus postos por meio da soberania popular ou por seus merecimentos e, por essa razão, tinham de armar-se até os dentes para, audazes e inconstitucionalmente, resistirem e lutarem para vencer

ou morrer, não importando o sofrimento e a ruína do país e que a miséria e o luto lavrassem sobre a terra (30/abr./1893).

Apesar do intenso controle de parte das autoridades policiais e militares, o periódico continuou na resistência, opondo-se ao castilhismo. O semanário atacava o jornalismo governista, acusando-a de dar notícias tendenciosas e embasadas na mentira. A esse respeito, a folha descrevia, com ironia, a forma pela qual a imprensa castilhista estaria distorcendo os fatos. Afirmava que, para aqueles jornais, não houvera ainda um combate em que saísse um castilhista com uma simples arranhadura, sendo noticiada a existência de apenas um ferido, mas isso mesmo por causa de um desastre. Explicava que todos os castilhistas atacavam com um arrojo incrível aos federalistas, que eram apontados como uns poltrões, que nada valiam, destruindo-os completamente, pondo-os em vergonhosa fuga. Enfatizava também que, segundo as publicações pró- governo, ainda não houvera uma vitória em que corresse uma gota de sangue dos seus companheiros, de modo que toda a sua gente batia-se como leões, repelindo a abordagem dos covardes inimigos, que seriam completamente destroçados e afugentados. Diante de tantas afirmativas consideradas como inverdades pelo jornal, ele concluía que, realmente eram fosfóricas as tais notícias e dignas de uma gargalhada homérica naqueles tempos *sensabóricos*, em que a nacionalidade política estava de feição exótica (26/mar./1893).

Ainda no que tange ao processo de legitimação do discurso do aliado e de deslegitimação dos pronunciamentos do adversário, sustentando

ardorosamente o conflito discursivo que crescia exponencialmente no Rio Grande do Sul à época da Revolução de 1893-1895, o *Bisturi* também defendia os federalistas das acusações emitidas a partir dos jornais governistas, criticando a esses por se constituírem em adutores dos grandes “ladrões públicos” e por continuarem a derramar a sua “baba asquerosa” sobre as respeitáveis personalidades que se achavam à frente do movimento revolucionário sul-rio-grandense. De acordo com a folha rio-grandina, as publicações favoráveis aos castilhistas seriam subsidiadas pelos cofres públicos e, só por essa razão, gritavam contra o punhado de “bravos” que patrioticamente lutavam para derrubar os déspotas que, em nome da lei e da legalidade, praticavam as maiores barbaridades, em uma falsificada obra de difamações e torpezas (23/ abr./1893).

A respeito das relações do chefe do partido republicano rio- grandense com a imprensa, a folha caricata publicou uma série de desenhos caso de um no qual mostrava um mágico arrancando das entranhas de Júlio de Castilhos o jornalista rio-grandino João José Cezar que, defensor de posições anticastilhistas, teria desaparecido do Rio Grande. Castilhos tinha um turbante à cabeça, em alusão à indumentária usada pelos “sultões”, expressão utilizada pelo jornalismo para simbolizar um chefe de estado autoritário. Além disso, a língua do líder castilhista, que expelia o jornalista, assumia o formato de uma serpente, em uma referência à sua “maldade”. A língua pode ser considerada como uma *chama*, pois possui a forma e a mobilidade desta e ela destrói ou purifica. Enquanto instrumento da palavra, a língua cria ou aniquila, e seu poder é sem limites, uma vez que, de acordo com as palavras que profere, ela

pode ser justa ou perversa, arrogante, mentirosa e má e a sua força é tão total que a morte e a vida se encontram em seu poder. Quando é feita uma alusão à língua, sem se acrescentar qualificativo, trata-se de uma língua má (CHEVALIER & GHEERBRANT. p. 550.) e, no caso da figura em questão, à menção é a uma serpente, o que pode ser interpretado como símbolo de uma extrema maldade. A gravura era explicada pela afirmação de que um grande prestidigitador iria arrancar a “rolha da imprensa”, trabalho difícil e assombroso. Apesar de tais dificuldades, o periódico apostava na capacidade do mágico, pois seria tal a sua habilidade que também iria arrancar do ventre do governador do estado, o “valente jornalista” J. J. Cezar, que há dias desaparecera da cidade, trabalho esse que seria feito com muita limpeza (19/mar./1893).

Em outra gravura, Júlio de Castilhos era retratado como um urubu, ou seja, como um animal que se alimenta da morte e da destruição, recebendo no corpo o impacto das farpas da imprensa que, mesmo amordaçada, não se deixaria dominar. O jornal buscava representar que o chefe partidário republicano estava sofrendo não só por causa do impacto dos projéteis, mas também com a derrota que estaria se aproximando, explicando que o governador já começara a sentir no “lombo” os terríveis efeitos do seu despotismo e desrespeito à integridade e honra do seu país, de modo que andava assustado, ao ver que se aproximava a hora de receber o exemplar e decisivo castigo (21/mai./1893). Apesar da censura, o periódico propunha-se a continuar denunciando e, mais do que isso, combatendo a violência que, segundo ele, partindo dos governistas, avassalava o Rio Grande do Sul. As esperanças da folha prendiam-

se à vitória da revolução, exclamando que lhe animava a expectativa de que um dia os gaúchos teriam um governo decente e justo, cercado de simpatias profundas, e que fizesse respeitar o direito de todos, colocando os grandes interesses da sociedade acima das conveniências de facções partidárias. Nesse sentido, explicava que ninguém estaria a desejar um governo de déspotas, de ódios e vinganças que mandasse cometer todos os horrores que se poderia imaginar em nome da república, como se a ideia republicana, que deveria ser grande, nobre e generosa, pudesse ser a bandeira de um bando de selvagens famintos (30/abr./1893).

Na concepção do hebdomadário caricato, todos os males advindos da guerra civil deveriam ser atribuídos aos governistas gaúchos. Afirmava, assim, que se a guerra ardia nas frondosas campinas rio-grandenses, ela fora produzida pelo “grito sacrossanto” da liberdade ameaçada e era filha da traição de um ambicioso que, uma vez elevado às douradas poltronas do estado, dele tinha torpemente abusado, aniquilando a dignidade de um povo, para fazer-se mais forte perante uma parte de amigo ambiciosos. Defendia, desse modo, que a luta travada no Rio Grande do Sul era uma “obra diabólica” da ambição e soberba de um governador “inconsciente e desumano” (4/jun./1893). Dessa maneira, o jornal imputava aos castilhistas toda a culpa pelo morticínio que acontecia no território sul-rio-grandense e sobre isso publicou uma gravura na qual apareciam diversos esqueletos, dentro de caixões com tabuletas onde estava escrito o motivo da morte de cada um. Ao apresentar a *causa mortis* dos cadáveres, o periódico citava: *assassinado por ser da oposição, assassinado por ser federalista, e*

assassinado por publicar artigos contra o governo (19/ mar./1893).

O semanário rio-grandino buscava também enfatizar o fato de que o autoritarismo de Júlio de Castilhos estaria trazendo consigo o aniquilamento do estado sulino e, a esse respeito, apresentou uma ilustração na qual o governador destruía na fogueira a Constituição, o Código Civil, a liberdade de imprensa e o próprio Rio Grande do Sul. Em meio à explosão provocada pelo líder republicano, “voavam” pelos ares o “câmbio”, o “comércio”, a “indústria” e a “lavoura”, em referência aos prejuízos econômicos que o estado vinha sofrendo com a guerra civil. Também aparecia “voando” o “pobre”, segundo o jornal, um dos maiores prejudicados com o contexto belicista e, ao longe, surgiam balões com as inscrições: “viva os revoltosos”, “abaixo o despotismo”, “viva a liberdade” e “abaixo a tirania”, traduzindo a esperança do periódico no avanço do movimento rebelde. Diante do quadro, Castilhos estaria proferindo os seguintes versos: *Como Governo a capricho/ Declaro de coração/ Que vou queimar o Código/ A Lei e a Constituição./ Tudo vai à fogueira/ O que se escreve e se pensa. Complementando: E vou também queimar/ A liberdade de imprensa./ E para que ninguém murmure/ Já dentro desta barricada/ O Rio Grande do Sul/ Também queimando-se fica* (25/jun./1893).

Ao sustentar o conflito discursivo, o *Bisturi* não só atacava Júlio de Castilhos e seu aliado na esfera federal, o presidente Floriano Peixoto, como também demonstrava claramente sua inclinação pelas forças anticastilhistas, constantemente exaltadas em suas páginas e mostrava-se como um defensor da revolução. De acordo com o jornal, o movimento rebelde era justo e

legítimo, uma vez que estaria de acordo com o “direito à revolução” dos povos, na luta contra o despotismo, pela liberdade e pela “verdadeira república”. De acordo com o periódico, a revolução no Rio Grande do Sul seria uma brilhante realidade, uma vez que o exército libertador engrossava as suas fileiras dia a dia, surgindo de todos os recantos do estado grupos de patriotas dispostos a afrontar impávidos a resumida horda de selvagens que enxovalhavam os brios da terra gaúcha. Afirmava também que, de toda parte, os brados de indignação levantavam-se em frêmitos indomáveis e os brios rio-grandenses despertavam para derrogar o castelo do despotismo representado na pessoa do “trêfego bacharel” Júlio de Castilhos. Na sua concepção, não haveria poder humano que pudesse mais deter o “valeroso” exército revolucionário, de forma que viria a ocorrer o triunfo da liberdade e com ela, o triunfo da “verdadeira república”, a qual seria em breve uma realidade na abençoada terra dos gaúchos. Manifestava assim seu desejo por uma república federativa, mas uma república honesta, libérrima e democrática, a qual viria a ser uma realidade no Brasil, quer quisessem, quer não, os “bárbaros” que, com seus atos de “repugnante selvageria”, ultrajavam a civilização brasileira (12/mar./1893). Nessa linha, o semanário propunha que se glorificasse os “valerosos campeões” que, com o seu “sangue patriótico”, tinham ensartado na “velha árvore da tirania castilhista” o florescente federalismo (25/jun./1893).

De acordo com as suas convicções, nas páginas da folha caricata rio-grandina, as atividades militares dos revoltosos apareciam constantemente como cobertas de completo êxito. Os rebeldes foram enaltecidos, glorificados, exaltados e até heroificados através das

páginas do *Bisturi*. Segundo o jornal, a “cruel e desesperadora agonia” do “desventurado Rio Grande” só poderia ser eliminada pelo “heroísmo forte”, pela “pujança guerreira e vitoriosa” de seus filhos, armados, em combate contra o despotismo de um governo mau e aviltante (10/set./1893). Para o *hebdomadário*, os promotores da revolução iriam condenar os castilhistas à inevitável derrota, representando esse pensamento através de uma alegoria na qual Júlio de Castilhos buscava comandar uma tripulação de “patos”, em um navio que simbolizava o estado do Rio Grande do Sul. A embarcação tinha de enfrentar o mar agitado, a tempestade e os “terríveis rochedos” que representavam os revoltosos Silveira Martins, Barros Cassal, Ângelo Dourado, Joca Tavares e Gumerindo Saraiva. O desenho mostrava Castilhos tendo problemas com a tempestade, uma manifestação da cólera divina e, às vezes, um castigo (CHEVALIER & GHEERVBRANT. p. 874), além do que, ele não conseguia vencer os dois perigos essenciais de todo navegador – a destruição, com o triunfo do oceano, ou o retrocesso, a regressão e o estancamento. Ao não conseguir controlar o navio, *errando a manobra*, ele perderia a segurança e o rumo definido, indo de encontro aos *rochedos* os quais dão a ideia de permanência, solidez e solidariedade (CIRLOT. p. 403, 500 e 571). Em síntese, na concepção da publicação caricata, o regime castilhista estaria prestes a se esboroar diante da firme ação dos rebeldes²¹ (5/mar./1893).

²¹ A legenda do desenho referia-se ao diálogo entre Castilhos e seus comandados: Comandante: - “Ânimo, oh! bons marujos que o temporal é desfeito, o oceano revoltado parece querer

O cerco à liberdade de expressão apertava cada vez mais e o *Bisturi* permaneceu defendendo ardorosamente a imprensa livre, mesmo depois da prisão de seu redator-proprietário ocorrida em julho de 1893, ficando a circulação do jornal interrompida por um mês. Ainda assim, o semanário conservar-se combativo e, com perspicácia, denunciava o silenciamento a que estava sendo crescentemente submetido o jornalismo. Na edição relativa à data da independência daquele ano, a folha manifestava todo o seu desgosto com a situação reinante, com um texto prenhe em censuras à conjuntura de então, demonstrando plena insatisfação com os rumos que a nova forma de governo tomava e até certo saudosismo da época monárquica, não tanto como uma perspectiva restauradora, mas sim como uma aversão ao autoritarismo governamental republicano. O periódico narrava que o 7 de Setembro daquele ano passara chocho e aborrecido como um príncês de terça-feira gorda de carnaval, que levava a roupa de duas cores borrada, e o porta-voz que chamava os soldados da alegria elevada à loucura. O jornal opinava que bons tempos eram os do império, para festejo público e entusiástico do “Sete”, mas que a veia do patriotismo daqueles tempos morrera com a monarquia baqueada, de modo que nada mais restava para vitoriar dignamente a data da emancipação política. O

tragar o nosso pobre calhambeque, pois que neste andar vamos com certeza dar de encontro aos temíveis cachoupos da oposição e, sem dúvida nenhuma, o calhambeque vai à garra. Ferra o pano minha gente! Ferra o joanete! Papa figos - que o perigo é inevitável...” Homem do leme: - “Ó Comandante, V.S. errou a manobra”.

hebdomadário lamentava diante do que considerava uma triste e pesada verdade perante aquela realidade brasileira caracterizada por deposições, golpes e infrações contra o direito e a dignidade administrativa. Citando um exemplo do que considerava malversação da coisa pública, a publicação caricata acusava que o governo vendera pedaços preciosos de terra pátria, tendo a desfaçatez de dizer no parlamento que o negócio fora estabelecido com honra para esse pobre país, digno de uma vala, já que se transformara em um morto, carregado de glórias passadas (10/set./1893).

Com a fiscalização sobre as atividades jornalísticas intensificando-se, o semanário rio-grandino publicava um comentário humorado e sagaz sobre os cuidados que o seu responsável deveria tomar para manter a publicação do jornal. Destacava, assim, o mau estado de saúde de seu proprietário que se achava em uso de remédios prescritos pelo *Dr. Cautela*, formado em Ciências pela *Faculdade do Caldo de Galinha* que receitara mezinhas de dormideira e paciência ao ar livre, sem ofensas ao pudor (15/set./1893). Mesmo sob o controle direto das autoridades públicas governistas, o *Bisturi* ainda procurou manter-se no combate por mais algumas edições. Esse comportamento, no entanto, durou apenas até o Decreto de 13 de Outubro de 1893 que previa restrições praticamente totais à liberdade de imprensa. Tal determinação do governo federal seria o divisor de águas para a conduta crítica do hebdomadário rio-grandino, pois, diante da nova legislação e das constantes ameaças, os comentários político-partidários e as notícias militares foram abandonados. Após mais uma interrupção, entre 15 de setembro e 21 de outubro, e, como a intolerância dos governos marechalícios lhe tirasse

a liberdade (LOBATO. 1946. p. 19), o jornal passou a dedicar-se quase que exclusivamente, no último trimestre de 1893, à literatura, às atividades artísticas e até às crendices populares.

Em suas derradeiras edições de 1893, tendo de abandonar completamente o seu norte editorial, o periódico chegou a criar novas seções, como “*Kaleidoscópio*” e “*Feitiçarias*”, aparecendo também colunas com adivinhações. Ao dedicar-se a esses temas, mudando drasticamente a sua abordagem, a folha buscava também demonstrar a censura que estava impedindo a sua livre expressão²². O hebdomadário fora calado a fórceps e, sem poder expressar seu espírito combativo, viria a fenecer como publicação de circulação regular. Ainda assim restavam as entrelinhas que por vezes foram utilizadas para denunciar a falta de liberdade de imprensa ou mesmo para demonstrar que não desistira da resistência aos poderosos. Foi o caso da mensagem publicada no número do natal de 1893 acerca da virada do ano, na qual o jornal manifestava sua esperança no fim da violência, dos ódios e das vinganças, ou, em outras palavras acreditava na derrota do regime contra o qual tanto lutara²³. O *Bisturi* encerrava suas

²² Várias ideias expressas neste trabalho foram adaptadas a partir de ALVES, 2002b. p. 20-21 e 407-465.

²³ Nessa edição, o periódico publicava: O ano morto. Vai-te 93 – Vai-te!... Há mais tempo sanguinário e maldito, embrenha-te na tua cova mortuária levando contigo teus ódios, tuas vinganças, teus crimes e negras infâmias. Nem de ti, uma lembrança quero mais. E depois quero ver surgir num céu de anil, cheio de esperanças, o teu sucessor 94, trazendo um

atividades naquele ano que preferia ver morto, mas deixara expresso seu sentimento anticastilhistas, constituindo um dos poucos representantes da imprensa gaúcha que, diante de tantas pressões e ameaças do modelo que dominaria o Rio Grande do Sul por décadas, optaria por opor-se e reagir. Entre calar e consentir, preferiu bradar contra aquilo que não achava certo. Ao menos enquanto lhe foi possível²⁴.

Bibliografia

ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Federalista: história & historiografia*. Rio Grande: FURG, 2002a.

ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Ed. da FURG, 2002b.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a república que não foi*. 3.ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

raminho de oliveira, símbolo da paz e da felicidade (25/dez./1893).

²⁴ Publicado originalmente nos *Anais do II Seminário de História Política: olhares além das práticas*. Rio Grande: Pluscom Editora, 2011. p. 47-73.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso político*. São Paulo: Contexto, 2006.

CHEVALIER, Jean. & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 5.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991.

CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Ed. Moraes, 1984.

FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n.131. Porto Alegre: 1995. p. 33-40.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

LOBATO, Monteiro. A caricatura no Brasil. In: *Ideias de Jéca Tatú*. São Paulo: Brasiliense, 1946.

MARTINS, Eleni J. *Enunciação & diálogo*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1990.

OSAKABE, Haquira. *Argumentação e discurso político*. São Paulo: Kairós, 1979.

PINTO, Céli Regina. A sociedade e seus discursos. In: *Com a palavra o senhor Presidente José Sarney*. São Paulo: Hucitec, 1989.

PINTO, Céli Regina. Ao eleitor a verdade: o discurso político da imprensa em tempos eleitorais. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Brasil: transição, eleições e opinião pública*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

PROST, Antoine. As palavras. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ; Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RÜDIGER, Francisco Ricardo. A imprensa: fonte e agente da Revolução de 93. In: *Anais do Seminário Fontes para a História da Revolução de 1893*. Bagé: URCAMP, 1990.

A Revolução Farroupilha entre a brasilidade e o separatismo: uma interpretação embasada na criação de uma identidade nacional para o Rio Grande do Sul

O período que se estende desde a década de 1920 até, aproximadamente, os anos setenta, caracterizou-se como uma fase marcada pela ascensão, consolidação e primeiros passos do declínio de uma tendência historiográfica que buscou plasmar um caráter essencialmente luso-brasileiro à formação sul-rio-grandense. Nessa época, significativa parte da produção histórico-intelectual gaúcha voltou-se, basicamente, ao intento de construir uma identidade do Rio Grande do Sul para com o restante do conjunto da comunidade brasileira, de acordo com o espírito unitário e nacionalista que demarcou parte daquelas décadas. Tais historiadores elegeram a Revolução Farroupilha como a “epopeia” mais representativa da “heroica” evolução histórica rio-grandense e objetivaram depurar todo o conteúdo separatista do movimento, cristalizando-o como mais uma das manifestações da brasilidade dos rio-grandenses-do-sul.

A construção dessa identidade nacional para o mais meridional dos estados brasileiros acabaria por ser reproduzida nas mais variadas manifestações, contribuindo na edificação de um discurso nacionalista que visava identificar um lugar de destaque para o Rio Grande do Sul na conjuntura brasileira, notadamente a partir da crise dos anos vinte e após a Revolução de 1930. Dentre os políticos que serviram ao veicular deste discurso esteve Osvaldo Aranha, um dos mais destacados atores do cenário político-partidário rio-grandense e brasileiro entre os anos vinte e cinquenta, participando de muitos dos decisivos momentos da vida nacional nesse período. A busca da identificação da brasilidade da Revolução Farroupilha encontra-se mais especificamente em dois ensaios de Osvaldo Aranha (oriundos de palestras ou discursos proferidos pelo político): *Brasilidade – eterno ideal do gaúcho*, publicado em 1942, na edição *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha* e *A Revolução de 35 e a unidade nacional*, editado na Revista *Província de São Pedro*, em 1946.

Osvaldo de Freitas Valle Aranha (Alegrete, 15 de fevereiro de 1894 – Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1960) foi um dos mais atuantes políticos gaúchos de sua geração. Estudou no seu estado natal até 1906 e, do ano seguinte até 1911, frequentou o Colégio Militar no Rio de Janeiro. Em 1912, ingressou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, tendo complementado estudos na Europa nos dois anos seguintes, vindo a bacharelar-se em 1916, ano no qual regressou ao Rio Grande do Sul e ingressou no Partido Republicano Rio-Grandense, passando a atuar como advogado no interior do Estado. Aranha teve participação ativa nos diversos confrontos militares que marcaram o cenário rio-grandense dos anos vinte, tendo

sustentado a causa legalista e lutado contra os diversos movimentos rebeldes entre 1923 e 1926. Foi nomeado Intendente de Alegrete, em 1925 e, no ano seguinte, indicado Deputado Federal. Secretário Estadual de Interior e Justiça, a partir de 1928, Osvaldo Aranha seria elemento exponencial na formulação da “frente única” gaúcha em apoio a Getúlio Vargas na candidatura da Aliança Liberal.

Um dos principais articuladores da Revolução de 1930, Osvaldo Aranha integrou o primeiro ministério do Governo Provisório de Getúlio Vargas, assumindo a pasta da Justiça e, posteriormente, a da Fazenda. Por desentendimentos políticos, afastou-se do Ministério, mas foi nomeado embaixador em Washington, cargo no qual permaneceu até o Golpe do Estado Novo. Embora em princípio não tenha concordado com a instalação da ditadura, acabaria sendo nomeado Ministro das Relações Exteriores, cargo que ocupou até 1945. Após o encerramento da ditadura estado-novista, Aranha foi indicado para representar o Brasil nas Nações Unidas, onde, como Presidente do Conselho de Segurança, atuou decisivamente na criação do Estado de Israel. Osvaldo Aranha ainda ocuparia o Ministério da Fazenda no Governo de Getúlio Vargas, entre 1953 e 1954 e, na administração Juscelino Kubitschek, ainda viria a chefiar a delegação brasileira na Assembleia da ONU, em 1957²⁵.

²⁵ Sobre a biografia de Osvaldo Aranha, observar: FLORES, Moacyr. *Osvaldo Aranha*. Porto Alegre: IEL, 1991.; COHEN, Esther. *Osvaldo Aranha*. Porto Alegre: Tchê!, 1985.; MARTINS, Ari. *Escritores do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS/IEL, 1978. p. 40.; VILLAS-BÔAS, Pedro Leite. *Dicionário bibliográfico gaúcho*. Porto Alegre: EST/EDIGAL,

Ao descrever a formação histórica do Rio Grande do Sul, Osvaldo Aranha evoca diversos dos temas recorrentes à historiografia tradicional sul-riograndense, como o espírito libertário dos gaúchos, o “monarca das coxilhas” e o caráter democrático que teria caracterizado as relações sociais no Brasil Meridional. Segundo ele, a ação dos “patriarcas da família riograndense” servia para “retemperar o espírito nas melhores tradições do heroísmo e do trabalho”, de modo que, “encontramos muitas vezes, os que nascemos no Rio Grande do Sul, na vocação e temperamento dos nossos maiores, a melhor explicação do nosso eu”. O proprietário rural era idealizado como “um rei dentro de seus domínios”, vivendo numa sociedade “onde não há separação de castas”, pois “a familiaridade do campeio, do churrasco e do mate destrói as distinções de classe, só observada nos momentos de cerimônia”. Formava-se assim, de acordo com a perspectiva do autor, uma comunidade, onde o homem era “independente demais para sofrer qualquer jugo”²⁶.

Para Aranha, a luta pela liberdade fora o principal motor das revoltas regenciais, ainda mais no Rio Grande do Sul, onde “animava-se a idealidade renovadora do século, o espírito de insurreição nativista do país, o amor da liberdade e o sentimento de união,

1991. p. 15.; e CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. *História da organização do Ministério das Relações Exteriores*. Brasília: Ed. da UnB, 1983. p. 335-365.

²⁶ ARANHA, Osvaldo. A Revolução de 35 e a unidade nacional. *Revista Província de São Pedro*. n. 5. Porto Alegre: Globo, 1946. p. 11-13.

apanágios da formação político-social dos pampas”²⁷. Nesse sentido, a Revolução Farroupilha foi destacada como uma revolta contra a tirania, uma vez que “a metrópole só se lembrava do Rio Grande do Sul para raspar-lhe os cofres, pedir-lhe sacrifícios de toda a monta e impedir-lhe o desenvolvimento”, apresentando a província “aspectos de região escravizada”, pois “o Rio Grande não era o senhor: era o escravo na sua casa”²⁸. Formara-se, na compreensão do político gaúcho, uma revolta que representava “o mais belo e glorioso episódio da republicanização do nosso mundo”, sendo “preciso filiá-la à emancipação americana, registrando nos seus anais, os feitos, os nomes dos heróis e as glórias dessa década de cometimentos épicos”, ou seja, era necessário “fixá-la, em alto e glorioso relevo, na história do Brasil, como a maior das suas epopeias”²⁹.

Na perspectiva de Osvaldo Aranha, o separatismo jamais teria sido um fundamento natural à Revolução Farroupilha e a ruptura institucional fora um fato extremado contra a tirania governamental e não contra o Brasil. Ele justifica sua asserção apontando para a formação histórica rio-grandense, afirmando que “os gaúchos não davam seus sangue à história do Rio Grande, mas à história do Brasil, formando, dentro dela e para ela, uma raça sadia, forte, brava, amiga da luta, amiga da lei, amiga da Liberdade, e, sobretudo, amiga

²⁷ ARANHA, Osvaldo. Brasilidade – eterno ideal do gaúcho (considerações sobre a Revolução dos Farrapos, por ocasião de um dia comemorativo de Garibaldi). In: *Rio Grande do Sul: imagem da terra gaúcha*. Porto Alegre: Kosmos, 1942. p. 351.

²⁸ ARANHA, 1946. p. 13.

²⁹ ARANHA, 1942. p. 354.

da Pátria”³⁰; constituindo-se a revolta na “luta do Rio Grande para permanecer brasileiro”. Nesta linha, o autor destaca: “separatismo que eu saiba não existe no Brasil”; de modo que, as manifestações separatistas no país seriam “obra dos governos que não sabem impor-se à confiança nacional, que se arvoram em algozes dos Estados, que praticam o crime de fazer com que possa haver estados que descreiam no Brasil”³¹. Apelando para o “estoicismo do gaúcho”, como argumento explicativo, Aranha propõe que “o destino farroupilha não é o anseio separatista”, e sim, “a maturação duma força, a eclosão duma raça estratificada no crisol das tendências nativas”, pelo qual, “anima o retorno à luta o horror ao Império, mas o amor ao Brasil”³².

Quanto ao aspecto separatista, o autor conclui que “o separatismo de Piratini foi apenas aparente e transitório”, já que o “espírito fundamental da Revolução era nitidamente brasileiro” e a “idéia predominante era o Federalismo”. Desta forma, destaca que o “papel do Rio Grande do Sul era o do

³⁰ ARANHA, 1942. p. 351.

³¹ ARANHA, 1946. p. 14. Ao referir-se ao separatismo na Farroupilha, Osvaldo Aranha atribui esse fator à atuação de elementos estranhos e externos ao movimento, reconhecidos como “agentes da política platina”, de maneira que “a intriga estrangeira procurava manter acesa a flama separatista”. De acordo com essa posição, afirma: “Todas essas forças concorriam em favor da separação e da república. (...) Os chefes dos farrapos tinham de resignar-se a aceitar-lhes essa condição ou serem vencidos, Optaram pelo seu concurso. Mas, ressaltando sempre a integridade do Brasil e o respeito às instituições simbolizadas na pessoa do jovem monarca”.

³² ARANHA, 1942. p. 352.

propagandista pelo exemplo”, pois o mesmo “queria que as outras províncias adotassem como ele a forma federativa, a exemplo dos Estados Unidos”, porém, “nunca” pensara “em incorporar-se a países estrangeiros ou em separar-se do Brasil”. Para Osvaldo Aranha, na Revolução Farroupilha, o Rio Grande do Sul era “quem representava o verdadeiro Brasil”, pois “era o Rio Grande quem reivindicava os direitos eternos da espécie”, de modo que “revolucionário era o governo que procurava escravizá-lo”³³. Referindo-se à “paz honrosa” da Farroupilha, Aranha explica que, já ao final do conflito, “ocupado, arrasado, empobrecido, ameaçado pela espada gloriosa de Caxias”, o Rio Grande do Sul “havia perdido tudo, menos o amor da Pátria, a fé nos seus destinos e a coragem das suas convicções”, de maneira que, “por patriotismo os farrapos tomaram armas, por patriotismo enrolaram suas bandeiras gloriosas” e “assim há de ser sempre para glória e grandeza do Brasil”³⁴.

Referindo-se à lenda da *Salamanca do Jarau*, o político rio-grandense afirma que a *Salamanca* “é a alma do Brasil, que o Rio Grande do Sul guarda incorruptivelmente, como o maior dos seus tesouros”, é “ela que inspira os mantenedores da unidade nacional” e “os defensores da integridade nacional”. Diante desta figura de linguagem, o autor explica que, “se algum dia a ameaça estrangeira bater-nos à porta, se algum dia o perigo da secessão alçar o colo” do país, jorrariam “legiões e legiões dos mesmos homens que lutaram em Piratini e no Paraguai, dispostos a lutar e a morrer pela

³³ ARANHA, 1946. p. 14-5.

³⁴ ARANHA, 1942. p. 353.

eternidade do Brasil". Quanto à dicotomia separatismo X brasilidade, Aranha conclui peremptoriamente que "de todas as nossas revoluções nenhuma foi mais brasileira que a de 35, nem mais nobre, nem mais legítima" e no que tange "às suas consequências foi, por certo, a mais fecunda". Afirma ainda que, "comparada com as que a antecederam, tantas vezes meros episódios simbólicos, reivindicações platônicas, embora frequentemente asseladas com sangue de mártires", a Revolução Farroupilha "avulta pela sua organização, pela sua objetividade, pela sua longa duração de dez anos"³⁵, constituindo-se, em síntese, na "mais brasileira das nossas revoluções"³⁶.

Assim, a construção discursiva entabulada por Osvaldo Aranha traduz um esforço coletivo engendrado por uma representativa parcela da intelectualidade sul-rio-grandense no sentido de conferir uma identidade nacional e uma completa integração do Rio Grande do Sul à comunhão brasileira, expressando o caráter cada vez mais unitário que o país assumia em termos político-administrativos e ao predomínio do nacionalismo como arcabouço legitimador do novo *status quo*³⁷. Repetindo alguns dos axiomas propostos por diversos dos representantes da historiografia tradicional gaúcha, Aranha reproduz pressupostos que visavam modelar a

³⁵ ARANHA, 1946. p. 10 e 16.

³⁶ ARANHA, 1942. p. 351.

³⁷ A respeito do nacionalismo no Brasil da época de Osvaldo Aranha, ver: LAUERHASS JÚNIOR, Ludwig. *Getúlio Vargas e o triunfo do nacionalismo brasileiro: estudo do advento da geração nacionalista de 1930*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1986.

formação histórica rio-grandense a partir de uma matriz unicamente luso-brasileira, em oposição à qualquer proposição que fugisse dessa diretriz³⁸. A defesa desses preceitos inseria-se no projeto nacionalista que se instaurava no país, onde buscava-se um lugar de maior relevância para o Estado, inspirando-se num “destino manifesto” em busca da integração brasileira, pelo qual “o Rio Grande do Sul iniciava sua marcha em direção à liderança nacional”³⁹. Sob a égide do “patriotismo”, como era anunciado o seu ensaio publicado em 1942, Osvaldo Aranha, como “homem de Estado” de sua época, contribui, através de sua influência política e intelectual, para a construção desta identidade de um ascendente Rio Grande do Sul na propalada “República Nova” brasileira que emergira a partir da década de 1930⁴⁰.

³⁸ Sobre a tendência historiográfica luso-brasileira, Luiz Henrique Torres afirma: “Segundo essa visão, a formação rio-grandense não comporta influências marcantes de origem espanhola ou alheias à lusitanidade. A diretriz é demonstrar que o Rio Grande do Sul é legitimamente marcado pela formação portuguesa (e brasileira). Com variações de abordagem, dando maior destaque a certos agentes da nacionalidade (...) a linha condutora dos estudos está orientada pelo pressuposto de um vínculo indissociável com a lusitanidade e a exclusão de outras interpretações históricas”. TORRES, Luiz Henrique. *Brasilidade e antagonismo: a tendência historiográfica luso-brasileira (1927-1957)*. Rio Grande: FURG, 1998. p. 14.

³⁹ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 35-36.

⁴⁰ Publicado originalmente em: *Rio Grande do Sul: história, historiografia & memória*. Rio Grande: FURG, 1999. p. 79-85.

Recorrência do discurso historiográfico oficial gaúcho e a amálgama com o tradicionalismo em editoriais jornalísticos contemporâneos: uma memória manipulada em torno do 20 de Setembro

Os rio-grandenses vistos não só como herdeiros dos farroupilhas, mas como verdadeiros guerreiros que poderiam ericar lanças imaginárias na luta contra os possíveis males que assolavam o Rio Grande. Essa parece representar uma imagem longínqua no tempo, oriunda de fragmentos de memórias pouco lembradas de épocas pretéritas que teriam ficado perdidas no decorrer do devir histórico. Tal perspectiva, entretanto não ocorreria desse modo, e o “centauro dos pampas”, cavalcando em seu “pingo”, nas “coxilhas” e campos rio-grandenses, levando em frente ainda a flama do “decênio heroico” viria a constituir uma das mais recorrentes visões construídas acerca da gente e da terra gaúcha, em um processo histórico que se estenderia de modo indelével e inexorável, chegando vivo e forte à virada do milênio. Esse fenômeno de um constante

revivificar do estereótipo do gaúcho heroico e da Revolução Farroupilha como um movimento magnânimo e altruístico em nome do brasileiroismo dos rio-grandenses-do-sul foi fruto de um bem engendrado projeto historiográfico, de fundo político-ideológico. Mais tarde, ainda que em vários aspectos antagônico a este último, um outro movimento, o tradicionalismo gaúcho, agiria muito a contento no sentido da mitificação e heroicização do gaúcho e da guerra civil de 1835-1845. Às portas do novo século e milênio, a mídia, em verdadeira amálgama, continuaria a agir como um dos mais importantes arautos desse tipo de construção discursiva e este ensaio tem por meta realizar um estudo de caso acerca do tema, a partir das manifestações editoriais emitidas pelo jornal *Zero Hora* ao longo de uma década.

Nesse sentido, a Revolução Farroupilha cristalizou-se como a data máxima do Rio Grande do Sul, ficando isso evidenciando desde questões institucionais como o hino, a bandeira, o escudo e o feriado de caráter regional, passando pela moldagem de hábitos e costumes e chegando aos comportamentos mais mezinhas nas formas de pensar e agir dos sul-rio-grandenses. Essa mitificação do movimento rebelde não nasceu a partir de geração espontânea e sim fez parte de um complexo processo político-ideológico, socioeconômico e cultural que se desenvolveu ao longo das muitas décadas que se seguiram à rebelião. Desse modo, uma guerra civil intra-oligárquica viria a ser edificada em uma epopeia que passaria a simbolizar a vida da totalidade dos rio-grandenses-do-sul, em todo e qualquer tempo. O epicentro dessa reconstrução se daria durante os anos que cercaram a efeméride do centenário

da Farroupilha, mas seus efeitos viriam a transpor limites cronológicos atravessando, inclusive, o século e o milênio. A mitificação da Revolução Rio-Grandense de 1835-1845 seria, assim, uma das pedras de toque do discurso historiográfico oficial e, décadas mais tarde, ainda que partindo de um movimento de orientação diferenciado a esse de natureza historiográfica, o mito da Farroupilha seria mais uma vez moeda corrente, consolidando-se de forma definitiva, mormente no que tange ao discurso do senso comum, desta vez através do tradicionalismo gauchesco.

A partir da década de vinte, afirmando-se no decênio seguinte, desenvolveu-se uma formação discursiva no campo historiográfico que seria marcante para o conjunto da produção intelectual de cunho histórico no Rio Grande do Sul. Essa historiografia refletia as transformações que passavam a caracterizar o cenário nacional, com a mudança de alguns dos protagonistas, mormente a partir da Revolução de 1930. O fato do Rio Grande do Sul vir, progressivamente, a ocupar uma posição de destaque na vida política brasileira levou uma significativa parte da intelectualidade rio-grandense a moldar certos paradigmas que servissem à identificação da unidade mais meridional do país com o todo nacional. Nesse sentido, tornando o gaúcho universal e unificando-o em uma só identidade, que refletisse tanto o interesse como as necessidades das elites, os demais membros do corpo social sul-rio-grandense passaram a considerar também como seus tais interesses e necessidades e o Rio Grande

do Sul iniciava sua marcha em direção à liderança nacional⁴¹.

Em torno dessa historiografia se estruturaria verdadeira rede discursiva, a partir de um processo de constante reprodução, principalmente no meio intelectual, mas também no campo do senso comum. Além disso, os representativos respaldos institucionais⁴² de parte dos novos detentores do poder levaram à construção de axiomas que passaram a ser encarados como verdades absolutas e, portanto, inquestionáveis, criando-se um caráter de univocidade tão marcante que estas edificações passaram a aglutinar em torno de si uma conotação de discurso historiográfico oficial. Dessa forma, os intelectuais vinculados a esse bloco histórico constituíram um grupo social que teorizava, tornava coerente e difundia as ideias e os valores da elite governante junto ao conjunto da população. Nesse quadro, esses autores foram eficazes na elaboração de um discurso que difundisse os valores fundamentais destinados a perpetuar a situação preeminente da classe dirigente, constituindo uma historiografia oficial, ou seja, aquela que foi oficialmente aceita pelo sistema como a correta interpretação de seu passado e que deveria ser difundida⁴³.

⁴¹ GUTFREIND, Ieda. *A historiografia rio-grandense*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992. p. 36.

⁴² Esses apoios institucionais foram tanto de ordem governamental quanto do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, instituição à época predominante no campo da edificação do “saber histórico” no contexto regional

⁴³ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Historiografia e ideologia. In: DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.). *RS: cultura &*

Um dos pressupostos fundamentais desse discurso historiográfico foi a construção de uma identidade estritamente nacional para o Rio Grande do Sul, ou seja, buscando desmentir uma certa tradição que aglutinava em torno da (o) capitania/ província/estado um caráter excludente e até separatista em relação ao conjunto do país, intentava-se edificar uma imagem de um Rio Grande essencialmente ligado à formação lusitana e brasileira, negando-se influências externas – principalmente as platinas – e alocando essa sociedade meridional no seio da comunhão brasileira. Nesse quadro, ocorreria um descomunal esforço em torno de negar o caráter separatista da Revolução Farroupilha e, ao contrário, enaltecer o brasileirismo do movimento, a partir da premissa que o Rio Grande do Sul lutara, acima de tudo para “continuar brasileiro”. Além disso, essa historiografia foi a responsável pela transformação da guerra civil de 1835-1845 em verdadeiro mito, modelando-a como o mais importante momento da história rio-grandense, uma das marcas registradas do que chamavam de “alma gaúcha” e, portanto, a “grande epopeia” que brindara o Brasil com uma “plêiade” de “lendários heróis”.

Assim, esse discurso historiográfico se incumbiria de resgatar para as elites o seu passado, o qual a deveria nobilitar, exaltar suas virtudes, sua inclinação natural para a ocupação do lugar merecido no topo da estratificação social. Ao retratar a Revolução Farroupilha essa historiografia traduzia e recriava vários dos “mitos fundadores” da formação sul-rio-grandense. Um deles estava ligado à “democracia gaúcha”, ou seja,

o impreciso pressuposto pelo qual, diante das adversidades, as diferenças sociais não eram levadas em conta no Rio Grande do Sul. Essa visão historiográfica generalizava a ideia de heroísmo, altivez e honradez para o homem rio-grandense em geral, sem distinção que pudesse separar senhores de terra e gado e seus peões. No entanto, se eram cantadas em prosa e verso as virtudes do gaúcho, homem do campo em geral, quando se apontava um exemplo vivo de toda essa glória, ele pertencia aos elementos ligados à oligarquia rural⁴⁴.

O caráter essencialmente brasileiro do sul-rio-grandense se fez presente de modo inexorável junto desse discurso historiográfico, ou seja, constituiu um complemento indispensável dessa visão glorificadora do gaúcho, apresentando-o como dotado de um forte sentimento de nacionalidade. Além disso, ao descrever-se a guerra civil, o rio-grandense aparecia como o “paladino do liberalismo”, o “defensor das fronteiras” e o “artífice da nacionalidade”, tudo isso se expressando heroicamente em uma resistência de dez anos ao Império e na defesa permanente contra o espanhol. Dessa forma, esse gaúcho só teria motivos de orgulhar-se do seu passado, o qual dignificava o seu presente. Essa versão acabaria por perpassar as décadas, e suas influências ainda podem ser sentidas em tempos recentes, pois, mesmo que se esteja difundindo valores que pertenceram a outra época, na qual encontravam sua organicidade, esta defasagem é anulada em função da absorção pelo sistema que se rearticula e que precisa, pela volta ao passado, difundir velhos mitos, reafirmar

⁴⁴ PESAVENTO. p. 67 e 69.

cultos de heróis, encontrar antigas raízes que atestem longevidade, tradição e, fundamentalmente, aceitação⁴⁵.

Essa historiografia, fruto de seu meio histórico, foi estabelecida a partir de uma série de estratégias discursivas, com destaque para o constante enaltecimento de certos fatos e indivíduos e um verdadeiro silenciamento quanto a outros. Assim, mais do que uma omissão escandalosa em relação ao que estava ocorrendo no Rio Grande do Sul, os escritos desses intelectuais, quando eles insistiam no não-separatismo da Revolução Farroupilha e nas diferenças essenciais entre o gaúcho brasileiro e o gaúcho platino, caracterizavam-se por uma tentativa de afirmar a brasilidade do Rio Grande do Sul e de seus habitantes. Nesse quadro, um dos temas centrais dessa intelectualidade foi o da formação de uma nacionalidade e da integração nacional, abordagens coadunadas com o processo histórico da Revolução de 1930, que trouxe uma tendência crescente de centralização econômica e política, a qual culminaria com a ditadura estado-novista, e acentuou a ideia de unidade nacional, atribuindo-se ao Estado essa tarefa. De acordo com essa linha de pensamento, era preciso não só afirmar a brasilidade do gaúcho, mas enfatizar seus traços positivos, mesmo que para isso fosse necessário “maquilar” a realidade, passando por cima dos elementos que poderiam eventualmente ser considerados “bárbaros”, os quais deveriam ser “exportados” para o outro lado da fronteira: o Prata⁴⁶.

⁴⁵ PESAVENTO. p. 67, 69, 70 e 87-88.

⁴⁶ OLIVEN, Ruben George. O Rio Grande do Sul e o Brasil: uma relação controvertida. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*.

Esse conjunto de pressupostos manifestado veementemente através da historiografia, mas fazendo parte de um projeto político-institucional bem mais amplo teria a sua gênese em alguns dos “próceres” da construção histórica gaúcha, mormente à época do centenário da Revolução Farroupilha, como Aurélio Porto, Souza Docca, Othelo Rosa e Walter Spalding, entre outros, dos quais emanaria a ação, décadas a fio, de uma série de discípulos, de modo que não se limitaria aos anos trinta, vivendo, sobrevivendo e sendo revivificado recorrentemente⁴⁷.

Outra tendência que em muito contribuiria para a mitificação da Revolução Farroupilha foi o movimento tradicionalista. O tradicionalismo gauchesco passaria a se organizar a partir da segunda metade da década de quarenta, durante a reabertura política, após a ditadura estado-novista, e surgia, segundo seus idealizadores, como uma reação à ferrenha penetração cultural norte-americana promovida mormente a partir do contexto da II Guerra Mundial. Dava-se então a criação do Centro de Tradições Gaúchas – CTG 35, entidade que pretendia restabelecer, no meio urbano, o “espírito solidário do *pago*”. Começaria então um processo de disseminação irretorquível, em vertiginosa progressão geométrica, através de várias localidades rio-grandenses, para, posteriormente, ultrapassar as fronteiras gaúchas, nos

n. 9. v. 3. São Paulo: Vértice/ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 1989. p. 9-10.

⁴⁷ ALVES, Francisco das Neves. *Revolução Farroupilha: estudos históricos*. Rio Grande: FURG, 2004. p. 61-65.

estados sulinos, no conjunto da federação e ao longo de muito pontos na conjuntura mundial⁴⁸.

Na concepção de seus criadores, os CTGs teriam por intento valorizar e prestigiar a figura humana do gaúcho, enfatizando aqueles elementos constitutivos que consideravam cruciais a formação de uma cultura rio-grandense por eles idealizada. O núcleo básico seria o ritual do mate, como escola de cordialidade. A invernada campeira envolvia a recuperação do cavalo em práticas desportivas. A invernada artística promoveria o preenchimento da lacuna deixada pelas escolas públicas e privadas, de modo a preparar as crianças para festivais de encerramento do ano letivo. A invernada mirim se trataria de uma atenção especial às crianças, transmitindo-lhes através da dança as noções básicas da sociabilidade. O fandango aparecia como um antídoto ao conflito de gerações, com pais e filhos comungando alegria em pé de igualdade. Em resumo os promotores do movimento pretendiam levar a um retorno moral ao “tempo de dantes”, não para reviver esterilmente o passado, mas para resgatar do passado a esperança perdida⁴⁹.

A partir de uma bem ordenada organização interna, do convencimento da opinião pública e do apoio midiático e oficial, se daria uma ampla expansão e verdadeira institucionalização do tradicionalismo. Ainda que viesse a exercer significativa hegemonia cultural, mormente no que tange à orientação discursiva do senso

⁴⁸ BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. Porteira aberta. In: GONZAGA, S. & FISCHER, L. A. (coord.). *Nós, os gaúchos*. 2.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993. p. 75-76.

⁴⁹ BARBOSA LESSA. p. 76.

comum no seio da comunidade sul-rio-grandense, as tendências tradicionalistas criadas nos anos quarenta e a partir de então disseminadas, iriam despertar forte crítica, notadamente no meio intelectual e acadêmico, por tratar-se de um movimento edificado em bases artificiais e com vistas a uma ideologização de pressupostos calcados em uma visão elitista do passado, com o privilégio de uma perspectiva mitificadora e heroizante da formação história rio-grandense.

Muitas das críticas ao tradicionalismo encravavam-se na sua falta de base histórica e no ranço ideológico de talhe profundamente conservador. Essa perspectiva considerava que o mito do gaúcho e os elementos a ele concernentes, como a miscigenação, a democracia racial, a produção sem trabalho, a igualdade social, o heroísmo, entre outros, correspondiam a uma construção ideológica da oligarquia rural sul-rio-grandense, com dois intentos fundamentais, quer seja, promover uma diferenciação em relação às oligarquias predominantes do centro do país e justificar internamente seu poder, cooptando os estratos sociais médios e inferiores, tanto urbanos quanto rurais. Nesse sentido, esses pressupostos mitificadores teriam se transformado em moeda de livre curso e valor não discutido entre a “sedicente intelectualidade provincial”, plasmando-se ao longo do tempo e vindo a ser reincorporados às propostas dos promotores do movimento tradicionalista⁵⁰.

Na mesma linha, considerou-se que a hegemonia tradicionalista se baseou em uma patronagem, a qual se

⁵⁰ DANANAL, José Hildebrando. Origem e fundação dos CTGs. In: GONZAGA & FISCHER. p. 81-82.

mantém, teleologicamente, como a guardiã do passado heroico. Ficam então estabelecidos inúmeros “rituais cetegistas”, que repõem no presente os *valores* passadistas. Além disso, a construção inventiva dessa cultura adotada e recriada pelas multidões atinge outras nuances diante da constatação de que os indivíduos contemporâneos que elaboraram o culto se impuseram como padrão *standart* do próprio homem rio-grandense, ou seja, além de uma inversão com alguns elementos originários (indumentária, hábitos, costumes, instrumentos artísticos, etc.) dos séculos XVIII e XIX, construíram inventivamente padrões estéticos e de comportamento como se fossem resgate do primitivo. O tradicionalismo se estabeleceria então como nova unanimidade, de modo que, em todas as áreas, do lazer ao conhecimento, da música às artes plásticas, o ser inventado se impõe como o ser da *coerência histórica*. Assim, institucionalizou-se um movimento cultural, que como tantos poderia ser apenas um embuste, pelo qual os tradicionalistas foram além e criaram uma cultura em cujo epicentro se posicionaram como *herdeiros-protótipos* da identidade rio-grandense⁵¹.

Os defensores do tradicionalismo reagiam às críticas, acusando os opositores do movimento de intelectuais de gabinete, sem contato com a realidade. Mantendo a perspectiva que se tornaria reinante, confirmavam os pressupostos reedificados ao final dos anos quarenta, destacando que as “heranças do passado” permaneciam vivas, chegando até a virada do século XX, uma vez que o homem era o mesmo – pastor e cavaleiro

⁵¹ GOLIN, Tau. Reflexos entre o gaúcho real e o inventado. In: GONZAGA & FISCHER. p. 91-93.

-; a roupa e alimentação igualmente; mesmas psicologia, mesma cultura básica luso-brasileira, que se resolve em provérbios, wellerismos, adivinhas, contos, cantos, danças, mitos, lendas e fábulas; o cavalo é o mesmo, domado do mesmo jeito, encilhado com os mesmíssimos arreios. Exclamavam que os intelectuais que viviam “enterrando” o gaúcho, com seu cavalo, sua carreta e suas tropas, deveriam se dar ao luxo de viajar pelo interior do estado, para facilmente encontrar o gaúcho a cavalo, o qual permaneceria mais vivo do que nunca⁵².

As controvérsias foram muitas, mas o processo de consolidação do tradicionalismo tornou-se inexorável no âmago da sociedade do Rio Grande do Sul⁵³. A marca registrada do movimento foi uma avassaladora uniformização e homogeneização sociocultural, unificando todos os rio-grandenses-do-sul em uma monolítica, unívoca e estereotipada figura – a do gaúcho.

⁵² FAGUNDES, Antônio Augusto. E o gaúcho, morreu? In: GONZAGA & FISCHER. p. 97-98.

⁵³ A respeito da gênese, desenvolvimento e controvérsias em torno do tradicionalismo gaúcho, ver também: BARBOSA LESSA, Luiz Carlos. *O sentido e o valor do tradicionalismo*. Santa Maria: Grafsul, 1954.; DACANAL, José Hildebrando. RS: *modernização X arcaísmo: trinta anos na trincheira*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2004.; GOLIN, Tau. *A ideologia do gauchismo*. Porto Alegre: Tchê, 1983.; GOLIN, Tau. *Identidades: questões sobre as representações socioculturais no gauchismo*. Passo Fundo: Clio, Méritos, 2004; LAMBERT, Salvador F. *ABC do tradicionalismo gaúcho*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1989.; MARIANTE, Hélio Moro. *História do tradicionalismo sul-rio-grandense*. Porto Alegre: s/editora, 1976.; PAIXÃO CORTES, João Carlos. *Tradicionalismo gauchesco: nascer, causas e momentos*. Caxias do Sul: Lorigraf, 2001.

Desse modo, difundindo uma cultura idealizada e gauchizando os sul-rio-grandenses, a tendência tradicionalista destruiria outros elementos culturais. Em sua escalada, o tradicionalismo se utiliza de elementos de folclore, da sociologia, da arte popular, da literatura oral, do esporte, da recreação e da história, de forma que as pessoas encontram elementos que lhe permitem sua identificação com o movimento tradicionalista⁵⁴.

Assim, a questão da criação de uma identidade passa a ser a mais recorrente no seio do tradicionalismo, de modo que manter a distinção entre o Rio Grande do Sul e o resto do Brasil seria uma forma de preservar a identidade cultural do estado, tornando-se um elemento recorrente ao discurso tradicionalista a referência à ameaça que estaria pairando sobre a integridade gaúcha. Poderia parecer estranho esse renascimento do gauchismo na virada do século, quando o Brasil já se encontra bastante integrado do ponto de vista político, econômico, cultural, de transportes e de comunicação de massa, o que levaria ao aprofundamento de um processo de homogeneização e padronização dos hábitos e atitudes da população em termos nacionais. Entretanto, na contramão dessa corrente viriam a se afirmar identidades regionais, das quais o Rio Grande do Sul constituiu exemplo expressivo. Nesse sentido, originou-se uma tendência pelo qual os gaúchos só chegariam ao nacional, através do regional, ou seja, só seria possível ser brasileiro, sendo antes gaúcho. Dessa maneira, quando se pretende comparar o Rio Grande do Sul ao resto do país, apontando diferenças e construindo uma

⁵⁴ FLORES, Moacyr. *Historiografia - estudos*. Porto Alegre: Nova Dimensão, 1989. p. 71-72.

identidade social, torna-se quase inevitável que esse processo lance mão do passado rural do estado e da figura do gaúcho, por serem esses os elementos emblemáticos que permitem ser utilizados como sinais distintivos⁵⁵.

Ainda que a afirmação das tendências tradicionalistas tenha gerado acirradas polêmicas, sua ação extremamente eficaz ganharia espaço insuperável junto à sociedade sul-rio-grandense e os meios de comunicação de massa iriam exercer papel primordial nessa consolidação. Dessa maneira, um ponto seria pacífico entre os defensores e os opositores do tradicionalismo – em curto espaço de tempo, o gauchismo conquistara a mídia⁵⁶, em um quadro em que livros incontáveis foram editados e reeditados, gravaram-se inumeráveis discos e foram criados espaços nos jornais e revistas, rádio e televisão, bem como a filmografia do gaúcho tornou-se expressiva, o mesmo se dando na iconografia resultante das artes visuais e, até na publicidade e na política houve repercussão intensa⁵⁷. As atividades, hábitos, costumes e padrões de consumo em torno do tradicionalismo transformaram-no em um produto de excelência para compra e venda. Estabelecia-se assim um mercado de bens materiais e simbólicos de dimensões muito significativas, movimentando grande número de pessoas e recursos e estando em crescente expansão⁵⁸.

⁵⁵ OLIVEN, Ruben George. O renascimento do gauchismo. In: GONZAGA & FISCHER. p. 78-80.

⁵⁶ GOLIN. 1993. p. 92.

⁵⁷ FAGUNDES. p. 98.

⁵⁸ OLIVEN. 1993. p. 77.

À época do centenário da Revolução Farroupilha, a imprensa escrita exerceu fundamental papel na propagação de uma abordagem mitificadora do evento. Meio século depois, por ocasião do sesquicentenário da Guerra Civil de 1835-1845 e nas décadas que se seguiram, os meios de comunicação de massa continuariam a atuar decisivamente na difusão de um conjunto de imagens míticas acerca da rebelião. Nesse sentido, esses meios passavam a atingir uma gama mais variada e uma quantidade de pessoas receptoras que aumentou exponencialmente, contribuindo decisivamente para a formação da opinião pública a respeito de certos axiomas que já tinham se tornado verdades consideradas como absolutas no que tange aquele evento histórico. A mídia impressa, ainda que em menor escala em comparação com a eletrônica, continuaria a exercer influência junto a um determinado público leitor e também teria relevante papel no constatar e revivificar do misticismo em torno do “decênio heroico”.

Na construção discursiva expressa junto ao jornalismo rio-grandense nas décadas que se seguiram ao sesquicentenário da Farroupilha apareciam elementos condicionantes herdados ainda do discurso historiográfico oficial e pressupostos emanados do tradicionalismo. Quanto ao discurso historiográfico ele sobrevivera ao meio século de existência e muitos de seus ditames ainda se encontravam bastante vivos, tendo em vista a rede discursiva que se formou a partir dele, em um recorrente processo de repetição/citação de seus propugnadores, através de várias gerações de historiadores. Já as tendências tradicionalistas, ainda que questionadas por determinados segmentos, mormente nas últimas duas décadas do século XX, marcharam

incólumes em direção a uma progressiva afirmação, resultando em um incontestado predomínio no cenário cultural rio-grandense-do-sul. Juntar estas duas visões – a historiografia oficial e o tradicionalismo – em um único bloco, caracterizou a junção de duas perspectivas diferenciadas e mesmo divergentes entre si. A versão historiográfica buscava calcar uma identidade do gaúcho com o restante do Brasil, prevalecendo, acima de tudo a tese da brasilidade. Já o tradicionalismo buscou enaltecer exatamente as peculiaridades da formação gaúcha, para valorizar uma identidade rio-grandense.

Dessa forma, o nacional e o regional tornavam-se quase que excludentes nas duas vertentes. Esse ajuntamento de interpretações diferentes em corpo único pode ser considerado como verdadeira amálgama discursiva, desenvolvida através de diversificadas estratégias as quais, por sua vez, também poderiam ser encaradas como uma espécie de alquimia discursiva. Nesse sentido, levou-se em conta a formação de uma identidade dos sul-rio-grandenses baseada no regionalismo, mas sem necessariamente desprezar o brasileiro. Além disso, vários foram os pontos de intersecção buscados entre as duas tendências, e não foi tão complexo encontrá-los exatamente na visão elitista, romantizada, heroizante e mitificadora do passado.

Essa amálgama ficaria bem evidenciada nas manifestações da imprensa a respeito da Revolução Farroupilha, ocorrendo verdadeira simbiose, seja nas matérias jornalísticas, seja nas publicitárias, entre elementos constitutivos do discurso historiográfico oficial e do discurso tradicionalista. Intentou-se então moldar a imagem de uma Revolução não separatista e acima de tudo brasileira, enaltecendo-se o patriotismo

dos sul-rio-grandenses, ao mesmo tempo que a imagem estereotipada do gaúcho promovida a partir dos ditames tradicionalistas transformar-se-ia em moeda corrente nas páginas impressas no Rio Grande do Sul. Assim, contribuindo decisivamente na formação da opinião pública, a mídia impressa influenciava-a, mas era também influenciada pelo discurso do senso comum, de modo que, constantemente, reproduziam-se premissas acerca do movimento rebelde que já haviam se transformado em verdades inquestionáveis. O círculo vicioso passa a não ter fim, uma vez que o jornalismo propala diversas teses que normalmente contam com a maior aceitação de parte de seus leitores, cujas opiniões ficam a partir daí condicionadas, ao passo que, quanto mais repetidas, mais absolutas tornam-se certas verdades, ainda que construídas discursivamente, em um recorrente e por vezes irreversível processo de realimentação discursiva.

Essa tendência discursiva encontrou significativo eco nas páginas do jornal *Zero Hora*, publicação que começou a circular em Porto Alegre, a partir de maio de 1964. Buscando manifestar uma identidade com a comunidade onde estava inserido e de acordo com as propaladas propostas de independência e neutralidade, típicas dessa época, ao menos no campo das intenções, mas de prática efetiva muito duvidosa, o periódico prometia ser autenticamente gaúcho, democrático e sem vínculo ou compromissos políticos, nascendo com um único objetivo – servir ao povo, defender seus direitos e reivindicações, dentro do respeito às leis e às autoridades. Apostando em inovações tecnológicas e editoriais, o jornal logo expandiria sua tiragem e, em 1968, atingiria 110 municípios. Em 1970, passaria a

integrar a Rede Brasil Sul de Comunicações (RBS) e dois anos mais tarde, substituíra a linotipia pela fotocomposição eletrônica e adquiria novos equipamentos. Pouco depois, em 1975 sua abrangência já alcançava 232 municípios e, em 1978, era introduzida a modernização da impressão offset na confecção da folha e, uma década depois, inaugurava sua nova redação informatizada⁵⁹. Assim em pouco tempo, a publicação deixaria de ser porto-alegrense para se tornar de circulação estadual, vindo a representar a contento o moderno jornalismo empresarial no contexto regional.

Nessa linha, a passagem do jornalismo gaúcho à fase industrial-cultural coincide com o surgimento dos grandes conglomerados de comunicação, resultantes da fusão entre empresas jornalísticas e emissoras de rádio e televisão, cuja vanguarda coube e vem sendo mantida pela RBS. Esse grupo desenvolveu novos métodos de gestão empresarial em seus veículos, baseando seus negócios na renovação metodológica de suas instalações e na qualificação mercadológica de seus respectivos produtos, ao passo que seus concorrentes permaneceram aferrados aos padrões empresariais ultrapassados, ignorando as transformações econômicas, sociais e culturais em curso no contexto da reestruturação monopolística do capitalismo. A vitória do projeto gráfico, editorial e mercadológico de *Zero Hora* sobre a concorrência acabaria sendo avassaladora. Além dessas renovações, a rápida ascensão do jornal também

⁵⁹ *Jornal Zero Hora*, 4/5/1994 (edição especial alusiva aos 30 anos da folha). A partir de então, todas as referências ao periódico serão abreviadas com as iniciais ZH, seguidas da data da publicação.

ocorreria pelo modo como sua estratégia mercadológica e editorial se articulava com a principal mídia do grupo – a televisão, além do crescimento nas atividades radiofônicas, a expansão da própria mídia impressa que se alargava para outras cidades do interior gaúcho e para a região sul brasileira e, mais recentemente a ampla utilização da Internet. Dessa forma, o chamado grande público tornou-se cativo dos meios jornalísticos praticados pela RBS⁶⁰, que passou a ser hegemônica em termos de mídia ao sul do Brasil.

A magnitude da abrangência de *Zero Hora* passou a determinar-lhe significativo papel na formação da opinião pública rio-grandense. Na interação entre influenciar o público leitor e receber a influência de seus receptores, o jornal em muito contribuiria para a difusão de vários elementos constitutivos ligados ao discurso do senso comum, como foi o caso de suas incursões à divulgação do 20 de Setembro. O constante revivificar de ditames do discurso historiográfico oficial e a concretização de vários dos pressupostos tradicionalistas estão presentes tanto na matéria jornalística quanto nas propagandas expressas por *Zero Hora*. Ainda que discrepantes, essas duas tendências buscavam uma identidade para o Rio Grande do Sul, a primeira voltada ao nacional, a segunda, ao regional, mas ambas mitificadoras de um passado glorioso e da figura da “epopeia heroica” dos farrapos. Por mais que os meios acadêmico-intelectuais tenham desenvolvido um considerável cabedal de novas interpretações acerca do movimento farroupilha, a amálgama discursiva

⁶⁰ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. 3.ed. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2003. p. 97, 107-108 e 109-115.

promovida pelos meios de comunicação levaria a um certo desprezo dessas visões revisionistas e a uma quase perpetuação das tendências oficialistas e tradicionalistas que seriam entronizadas junto à opinião pública sul-rio-grandense. Assim, as matérias noticiosas e, mormente, muitos dos editoriais de *Zero Hora*, nos anos oitenta e noventa, defenderam peremptoriamente a brasilidade da Revolução Farroupilha, bem como enfatizaram o papel dos acontecimentos do passado como lições para o porvir. Além disso, o tradicionalismo ganhou terreno e se cristalizou como sinônimo da Farroupilha, nas várias seções da folha e mesmo na matéria publicitária.

O que poderia parecer quase impossível se fazia realidade, as ideias de historiógrafos ardorosos defensores do brasileirismo eram publicadas lado a lado com as de tradicionalistas propugnadores do regionalismo, tudo em nome da exaltação de um passado heroico, glorioso e mítico. Chegava o 20 de Setembro, como ápice da Semana Farroupilha, e todos os rio-grandenses-do-sul, mulheres e homens, independente de suas raízes sociais, étnicas, culturais, econômicas ou político-ideológicas, eram transmutados em prendas e gaúchos pilchados, que, acompanhados de seus pingos, desfilavam não só pelas avenidas das várias localidades sulinas, mas também nas páginas impressas de *Zero Hora*.

Nas duas últimas décadas do século XX, culminando com a virada para o milênio seguinte, os meios de comunicação de massa atingiam uma magnitude inexorável em termos de impacto junto à humanidade. Progressivamente, a notícia passava a ser veiculada quase que simultaneamente com a própria ocorrência dos fatos, vindo o público a ser

verdadeiramente bombardeado com a rapidez e um caráter praticamente incomensurável na disponibilidade da informação. Os meios eletrônicos passaram a ser os predominantes nesse processo de difusão, com forte ascendência da televisão, secundada pelo rádio, além da fulminante ação que a Internet viria a exercer notadamente a partir dos anos noventa. Nesse contexto, a mídia impressa ainda encontrava seu nicho de propagação, continuando a exercer forte interação social, contribuindo decisivamente na formação de hábitos, costumes, padrões de consumo e, enfim, agindo na formação da opinião pública através de suas construções discursivas.

No Rio Grande do Sul, à época da virada do milênio, o jornal *Zero Hora* tornava-se o mais significativo representante do estágio de ebulição pelo qual passavam os meios de comunicação. Modernizando-se progressivamente, a folha constituía um dos braços da empresa RBS, vindo a tornar-se o mais importante representante da mídia impressa do sul do Brasil. Acompanhando as constantes evoluções tecnológicas que marcavam o jornalismo brasileiro e mundial, o periódico aniquilava a concorrência e expandia tiragens, atingindo um público cada vez maior, vindo a tornar-se a publicação de maior difusão no estado sulino. Com isso, viria também a transformar-se, na conjuntura da imprensa escrita gaúcha, na folha que mais intensamente agia na formação da opinião pública. Através de sua construção discursiva, *Zero Hora* exerceria papel significativo na reedificação constante do mito da Revolução Farroupilha, revivificando recorrentemente vários dos pressupostos que o discurso

historiográfico oficial moldara desde a virada dos anos vinte aos trinta.

Heroicidade, romantização, patriotismo, brasilidade e não-separatismo foram alguns de tantos daqueles conceitos historiográficos que o jornal incorporava à sua edificação discursiva e apresentava ao público leitor com ares de verdade inquestionável. Somando-se a esses elementos, a publicação, em uma amálgama discursiva, também incorporou a seu discurso em torno da mitificação da Farroupilha várias das ideias oriundas do movimento tradicionalista gaúcho, fundamentalmente as ligadas à identidade regional e à uniformização dos sul-rio-grandenses em um corpo unívoco e monolítico. Nesse sentido, nas páginas de *Zero Hora* era revivificada uma Revolução Farroupilha heroica, mítica e lendária, mesclando premissas discursivas, dando-lhes uma nova roupagem e, em verdadeira alquimia discursiva, apresentando-lhes como ideias atuais à sociedade da transição secular. Intentando usar o passado como lição comportamental, o periódico utilizava-se do rememorar histórico para reinterpretar a realidade de seus dias, em uma constante busca de interfaces entre o pretérito e o presente. Essa construção discursiva ficou evidenciada nos editoriais, nas manchetes, nas notícias, nos cadernos, nos encartes, nas seções especiais, nos artigos, entre tantos outros segmentos de suas edições que demarcaram a efeméride do 20 de Setembro nas décadas que seguem ao sesquicentenário da Farroupilha.

Os editoriais constituem a seção jornalística na qual o jornal torna ainda mais evidentes suas convicções e visões de mundo, estabelecendo uma construção discursiva em que a busca pela ideologização do público

leitor fica mais declarada. Foi em suas matérias editoriais que *Zero Hora* mais endossou e deu continuidade a muitas das ideias expressas pelo discurso historiográfico oficial. Em plena virada de século e milênio, o jornal continuaria a sustentar que a Revolução Farroupilha não fora separatista e sim uma significativa manifestação de brasileiroismo. Os “heróis de 35”, que lutaram “pela liberdade e contra a tirania”, ganhavam as páginas da folha em muitos de seus editoriais nas edições alusivas ao 20 de Setembro, rememorando-se e apresentando-se como contemporâneo o processo de mitificação existente há mais de meio século.

Na edição de 1988, o editorial de *Zero Hora* já deixava explícita sua inspiração no próprio título – “O legado cívico de 35”. Segundo o jornal a data que naquele dia se celebrava era talvez de todas a mais cara do calendário cívico gaúcho, uma vez que o 20 de Setembro assinalava o início da “grande insurreição” de cunho liberal e regionalista na qual por dez anos se defrontaram os farroupilhas de Bento Gonçalves e os legalistas das forças imperiais. Considerava a folha que era, já no ano de sua edição, matéria vencida a estreita tentativa de atribuir àquela revolução propósitos separatistas, defendendo que a proclamação da República Rio-Grandense, estava “mais do que comprovado”, fora mero acidente de processo em um movimento cuja característica mais elevada fora a da fidelidade ao preceito de que todo o poder emana do povo. Buscando pinçar determinados acontecimentos, a publicação rio-grandense citava que poucas lições de brasilidade haveriam de ter sido recolhidas na história brasileira, “com o valor e a altivez”, como aquela com que David Canabarro repudiou o auxílio que lhe oferecia

o ditador argentino Rosas, uma vez que, teria bastado a ameaça à integridade da pátria comum para que os farrapos se inclinassem pela paz, honrosamente celebrada em Ponche Verde, sob a tutela do Duque de Caxias (ZH, 20/9/1988). A heroificação e a romantização da guerra, bem como a propalada paz honrosa ficavam bem expressas na opinião do periódico.

Ainda no mesmo editorial, sobre o processo de pacificação no sul, Zero Hora ressaltava que os adversários da véspera voltavam-se, a partir de então, a um único e idêntico propósito: o de consolidar em definitivo a unidade nacional. Apelando mais uma vez para o pressuposto da paz com honra, afirmava que não houvera vencedores nem vencidos, o que seria comprovado, na sua concepção, pelo fato de que o próprio pacificador fora o indicado pelos farrapos para a presidência da Província. Voltando ao heroico brasileiro dos farrapos, o jornal destacava que, cessada a luta, restara a lição do amor à liberdade de um povo, de seus anseios republicanos, da firmeza com que sempre se dispôs a defender suas aspirações legítimas, da sobranceira com que tinha sabido resistir aos excessos do centralismo e aos abusos do poder. Os revoltosos foram chamados de guardiães das fronteiras meridionais do Brasil, pois traçaram à ponta de espada e lança em décadas de lutas, alcançando, a partir de 35, sua definitiva afirmação histórica, sua fisionomia própria, a consciência do valor de suas tradições mais elevadas. E o arremate do editorial lembrava ainda mais o discurso historiográfico entabulado primordialmente nos anos trinta, ao ressaltar que, mais do que tudo, restara da revolução um robusto sentimento de brasilidade, moldado no fogo dos combates, e portanto mais

autêntico e entranhado. A pragmática utilização da história como lição de vida ficava demarcada na conclusão da matéria editorial, declarando que era sobre o legado farrapo que todos deveriam refletir, já que os habitantes do Rio Grande do Sul seriam mais gaúchos, à medida que mais brasileiros se sentiam, de modo que “a coragem e o ardor” com que se sustentara as bandeiras no passado seria o mesmo com que se deveria sustentá-las a cada vez que se tivesse convicção de que elas não eram apenas dos rio-grandenses, mas da pátria a que eles pertenciam (ZH, 20/9/1988).

Outra seção editorial alusiva à Farroupilha foi editada no ano de 1992 e intitulava-se “O sentimento farroupilha”. Afirmava o jornal que naquela data o Rio Grande do Sul comemorava o mais marcante episódio de sua história, e já fazia uma interface com o seu tempo presente, explicitando que aquilo ocorria coincidentemente em outro momento decisivo para o futuro do Brasil. Explicava que, se a Revolução Farroupilha servira para incutir no coração dos brasileiros uma consciência de justiça e liberdade, fundamental para a campanha da abolição e para a formação da República, ocorria, então, uma “revolução ética” pela qual passava a nação, a qual também seria “premonitória”, e por isso contava com a adesão quase total da população rio-grandense. Sentenciava assim que, como há 157 anos, a chama farrapa estava viva e forte para iluminar os caminhos da brasilidade. A tese do não-separatismo mais uma vez vinha à baila, ao destacar que o povo rio-grandense não era nem nunca fora separatista, embora a imagem da República de Piratini ainda fosse muito difundida pelos livros de História. Ficava assim evidenciado que, diante do

discurso historiográfico oficial e as revisões historiográficas que cada vez mais ganhavam vulto no meio acadêmico, o jornal ficava com o primeiro. Desse modo, explicava que a revolta iniciada no dia 20 de setembro de 1835 tinha como principal objetivo livrar a Província dos desmandos de um governo desastroso e de seu regime fiscal iníquo, além do que, outros fatores também teriam sido determinantes para a sedição, mas entre eles não estaria a separação do território, alternativa que só teria surgido e se solidificado depois de muito sangue derramado nos campos de batalha, onde os gaúchos forjaram um “sentimento guerreiro e patriótico” que lhes movera por décadas a fio (ZH, 20/9/1992).

Na concepção do periódico, fora com bravura e ousadia que os antepassados rio-grandenses transformaram a própria etimologia da palavra que passou a identificar os habitantes desta terra, pois gaúcho era um termo depreciativo, aplicado ao índio errante e maltrapilho que nem tinha lugar certo para dormir, mas, depois das lutas fronteiriças, passou a designar o soldado valente que jamais fugia dos entreveros. No mesmo sentido, também o apelido farrapo teria sofrido esta transformação, sendo adotado orgulhosamente pelos insurretos na medida em que impunham a força de suas lanças e de suas ideias sobre as tropas imperiais. Apelando novamente para o argumento da paz honrosa, o jornal declarava que, depois de dez anos de combates, com vitórias e revezes, os rio-grandenses conseguiram aquilo que mais almejavam – o respeito do poder central, sem levar em conta os efetivos resultados da guerra civil. Fazendo novas analogias para com seu tempo presente, marcado

pelo processo que levaria ao afastamento do Presidente da República, *Zero Hora* afirmava que o respeito então adquirido voltara a escassear naquele momento em que a corrupção grassava no país e o estado via-se discriminado nos seus pleitos (ZH, 20/9/1992).

Mantendo uma construção discursiva concernente aos homens públicos rio-grandenses e que chegava a refletir o senso comum junto à opinião pública, a folha lembrava os defeitos da ordem federativa brasileira e as recorrentes reivindicações gaúchas por melhor representação nos centros de decisão. Destacava que, sem escaramuças, o Rio Grande ainda lutava por reconhecimento e contra as injustiças de um poder central que privilegiava outras áreas e discriminava o sul, brigando, portanto, pela distribuição equitativa de recursos federais e por uma representatividade política que eliminasse as distorções criadas para abafar a voz das regiões mais desenvolvidas do país, em uma briga que não seria só dos rio-grandenses e sim dos estados que tinham maior expressão econômica e populacional e, não obstante, acabavam tendo no Congresso Nacional representação menor do que a de alguns pequenos ex-territórios somados. Nesse sentido, segundo o jornal, as lutas de 1835 persistiam mais de século e meio depois, sem que se afrouxasse o “laço da brasilidade” ostentado pelos gaúchos, pois, mesmo que os tempos fossem outros, as fronteiras virado símbolos do passado, os rio-grandenses ainda aceitavam, orgulhosos e honrados, serem chamados de farrapos (ZH, 20/9/1992).

O recorrente tema da brasilidade voltava à pauta no editorial de 20 de setembro de 1993, chamado “Farrapos e brasileiros”. *Zero Hora* lembrava que o Rio

Grande do Sul comemorava mais um aniversário da revolução que despertara o país para a causa republicana e transformara o estado em um símbolo de consciência política e patriotismo. O redator da matéria parecia ser um dos arautos do discurso historiográfico oficial, ao afirmar que a Guerra dos Farrapos não fora um movimento essencialmente separatista, nem seria intenção dos revolucionários de 1835 formar uma república independente, embora tal tenha ocorrido durante oito anos e meio. O jornal buscava explicar que os rio-grandenses, na verdade, se insurgiram contra os desmandos do poder central, contra o desprezo da Corte e contra as arbitrariedades do governo títere imposto pela Monarquia, mas “jamais contra o Brasil”, uma vez que a proclamação de uma República autônoma fora apenas uma consequência da reação intransigente dispensada à causa farroupilha, mas a história registrava, de forma indiscutível, que os gaúchos foram os primeiros a pegar em armas para defender a Pátria de ameaças externas que se seguiram à revolta regional (ZH, 20/9/1993).

Mais uma vez, o periódico entabulava inter-relações entre a época dos farrapos e o seu tempo presente, notadamente no que tange à questão da representatividade do Rio Grande do Sul, declarando que, em todos os tempos, tudo o que o Rio Grande desejara fora uma autonomia compatível com a sua importância no contexto nacional. Defendia que o povo desse estado, como nos tempos da província, tinha tanto orgulho de ser rio-grandense quanto de ser brasileiro, mas não fora por amor-próprio que se envolvera em um conflito de dez anos e que tantas vidas lhe custou, e sim, para defender ideais que mais tarde viriam a pautar os

destinos da pátria, uma vez que o projeto constitucional abortado pela paz de Poncho Verde seria claramente liberal, republicano e federativo, valores consagrados várias décadas depois (ZH, 20/9/1993).

A continuidade do “espírito farroupilha” também era destacada pela folha, ao afirmar que não era impróprio concluir que o mesmo sentimento de revolta que mobilizou os revolucionários farrapos ainda emergia do coração da gente gaúcha sempre que o estado recebia tratamento desrespeitoso ou injusto, de modo que o Rio Grande continuava lutando, já no final do século XX, com as armas da diplomacia e do diálogo, por mais autonomia dentro do regime federativo e por uma representação política mais equilibrada junto ao poder central. Explicava que, se os antepassados dos rio-grandenses exigiram justiça de um regime quase absolutista, com muito mais razão se deveria pleiteá-la da democracia que se ajudara a implantar. Esquecendo a constante busca dos gaúchos por práticas protecionistas à sua economia, o jornal defendia que os rio-grandenses nunca almejaram privilégios, nem mesmo quando ensarrilharam as armas farrapas para negociar a paz, entretanto, jamais se conformaram e nunca se conformariam com a iniquidade gerada pela incompetente administração do país, esta sim uma ameaça à fragmentação territorial. O editorial era arrematado com frase prenhe de um revivificar do discurso historiográfico oficial: Hoje, portanto, não é dia de falar em separatismo, mas sim de lembrar que nesta província ainda afastada dos corrilhos da Corte se cultua o mais digno sentimento de brasilidade (ZH, 20/9/1993).

“Ideal farrapo” foi um brevíssimo editorial publicado a 20 de setembro de 1994. Nele o jornal afirmava que poderia parecer um paradoxo que o Rio Grande do Sul reverenciasse com tanto apreço uma revolução que dividira a sua população durante dez anos, causara dor e sofrimento à família gaúcha e deixara o estado com o estigma separatista. Argumentava, entretanto, que quem conhecesse bem a história saberia que os rio-grandenses, *farrapos* ou *legalistas*, jamais teriam pensado em renunciar à nacionalidade que ajudaram a constituir com luta, sangue e bravura. As interfaces passado/presente voltavam à tona, ao afirmar-se que os revolucionários queriam há quase cento e sessenta anos, e os gaúchos ainda estariam a querer à virada do milênio, apenas um tratamento digno e igualitário por parte do poder central, de modo que, a revolução continuava, só estando mudadas as armas, em vez de canhões, sabres e mosquetes do Segundo Império, nos novos tempos se usava o voto e os demais instrumentos de uma democracia que os gaúchos também teriam ajudado a resgatar (ZH, 20/9/1994).

Em 1996, um editorial de maiores proporções voltava a ser incluso em *Zero Hora*, sob o título “Um Brasil chamado Rio Grande”. Mantendo a mesma linha discursiva, o jornal destacava que o Rio Grande do Sul celebrava sua “data máxima”, reverenciando os mesmos ideais de liberdade, de amor à terra e de culto às tradições dos revolucionários do século passado, porém já completamente desvinculados da conotação separatista que acabou ficando como injusto estigma da Guerra dos Farrapos. Mais uma vez explicava que a revolução não nascera para separar a província do

Império, mas sim para corrigir o tratamento injusto e discriminatório do poder central aos rio-grandenses, contra o qual os gaúchos permaneceriam a se opor. A folha chegava a reconhecer o separatismo, mas concluía que o movimento acabara com um inequívoco manifesto de brasilidade, citando, mais uma vez, o episódio em que David Canabarro, “patrioticamente” negara o auxílio militar do argentino Rosas, declarando que em caso da presença de tropas estrangeiras no território brasileiro, rebeldes e legalistas lutariam lado a lado contra a ameaça externa (ZH, 20/9/1996).

Com bom humor e lembrando os intentos de integração dos países do Cone Sul, a folha destacava que, como registrava a história, depois daquele episódio fora assinada a Paz de Poncho Verde entre farrapos e imperiais, o Brasil acabaria se transformando em uma república democrática e os argentinos só invadiam o território nacional quando o câmbio lhes era favorável para veranejar ou fazer compras, já que haviam se tornado parceiros preferenciais no empreendimento de transformar o continente em pátria única. Asseverava que mudara o mundo e o país, mas o povo rio-grandense conservara o orgulho de ter lutado com valentia pelas causas regionais e com mais denodo ainda pela soberania da pátria, de modo que, ao cultuar seus costumes e tradições, os rio-grandenses estavam mostrando acima de tudo que eram brasileiros (ZH, 20/9/1996).

O tradicionalismo que já vinha sendo associado pela publicação à efeméride do 20 de Setembro, aparecia também na matéria editorial, declarando que, por aquela ocasião, o estado estava transformado em uma verdadeira república de bombachas e vestidos de

prenda, com tradicionalistas acampados nos parques e praças, em torno do churrasco e do chimarrão. Segundo a folha, simbolizavam tais cultores das tradições não apenas os guerreiros farrapos, mas também todos aqueles que os antecederam e sucederam na empresa de defender e desenvolver esta terra. Chamando atenção para as matérias especiais que publicara ao longo da semana, afirmava o jornal que, assim como os gaúchos típicos, homenageados na série de reportagens editadas nos últimos dias, retratando remanescentes domadores de cavalos, tropeiros de bois, peões de estância, esquiladores, bolicheiros e carreteiros, também o homem urbano via com simpatia as manifestações que misturavam gauchismo e brasilidade (ZH, 20/9/1996).

Passado e presente mais uma vez se encontravam na construção discursiva do periódico, notadamente no que tange à recorrente reivindicação de uma melhor representatividade ao estado sulino. Nesse sentido, asseverava que nem tudo era harmonia, evidentemente, pois o Rio Grande ainda pleiteiava o seu lugar de direito no contexto nacional, nem sempre reconhecido pelos governantes federais, e citava que, naquele momento, o estado acabara de vencer uma duríssima batalha para alcançar tratamento mais digno ao setor agrícola, a base de sua economia, verdadeiramente massacrado durante a primeira fase do plano anti-inflacionário. Complementava a ideia, afirmando que igualmente intensa vinha sendo a luta, ainda sem resultados concretos, por correções na desvirtuada representação congressual, que acabava privilegiando alguns estados e regiões em detrimento dos demais. Explicava ainda que, era preciso reconhecer que tais distorções nem de longe se assemelhavam às injustiças do passado, que levaram

os ancestrais rio-grandenses a pegar em armas, em um quadro em que, nos anos noventa, felizmente, as baionetas deram lugar ao diálogo político e à diplomacia, recursos que vinham sendo bem empregados pelas lideranças estaduais e pelos representantes parlamentares do estado. A história como lição de vida novamente ganhava corpo nas páginas de *Zero Hora*, ao declarar que os rio-grandenses de então, tradicionalistas ou não, deveriam se inspirar no 20 de Setembro para empreender uma nova guerra, igualmente justa, pelo desenvolvimento econômico e social do estado. Destacava, assim, que, se em passado não muito distante o Rio Grande fora exemplo de bravura na defesa de seus pleitos e da soberania nacional, agora poderia ser novamente modelo de progresso e justiça social, começando em seu seio, com trabalho e ousadia, a construção do Brasil que todos estariam a querer – moderno, integrado, socialmente justo e líder solidário do processo de globalização no continente sul-americano (ZH, 20/9/1996).

A comunhão entre a modernidade e o pretérito histórico se faziam presentes novamente no editorial de 20 de setembro de 1997, chamado “As novas revoluções”. Na perspectiva da folha, embora ainda persistissem controvérsias, a maioria dos historiadores arrolava entre as causas prioritárias da Revolução Farroupilha o regime fiscal iníquo aplicado pelo governo central à província, em um contexto em que, 162 anos depois, os gaúchos ainda reclamavam tratamento mais justo da administração federal, mas pelo menos já haviam se livrado da suspeita histórica de defensores do separatismo. Explicava que a paz honrosa alcançada depois de 10 anos de luta reforçara o orgulho do povo

rio-grandense por sua terra e por sua cultura, mas não esmorecera o sentimento nacionalista que levava o gaúcho a pegar em armas tantas vezes para garantir a soberania do país. Fazendo nova referência aos intentos integracionistas, o jornal destacava que, no momento em que o Rio Grande passava por uma nova revolução, reabrindo à integração e ao MERCOSUL as fronteiras que tanto preservara, a celebração do 20 de Setembro simbolizava, acima de qualquer coisa, a convicção de um povo que se modernizava sem perder sua identidade (ZH, 20/9/1997).

Fazendo referência à conjuntura mundial do final do século XX, *Zero Hora* enfatizava que, em meio à onda globalizante que atingia todos os continentes, o povo rio-grandense continuava lutando por um federalismo mais igualitário, que permitisse ao estado desenvolver todas as suas potencialidades, não se tratando de bairrismo, mas sim de justiça. A estabilização econômica e o controle da inflação também era correlacionado ao espírito comemorativo, pois, pelo Brasil, pelo sucesso do programa econômico que descortinava o futuro melhor para a nação, o Rio Grande aceitara um sacrifício maior do que o das demais unidades federativas, uma vez que a atividade primária, base da economia gaúcha, fora praticamente aniquilada nos primeiros anos do Plano Real, para sustentar o controle inflacionário, buscando-se àquela época a recuperação do sucateamento e da discriminação. Destacava também que, em sintonia como os novos tempos, o Rio Grande abria-se aos investimentos estrangeiros e buscava “corajosamente” solução para problemas históricos, como a distribuição desigual de terras para quem desejava trabalhar e a criação de emprego para os órfãos da tecnologia e do

êxodo rural. Explicitava que a reação não dependia apenas de políticas públicas sensatas, mas também da coragem empreendedora daqueles que se atualizavam e enfrentavam os desafios da competição. Nessa linha, o jornal justificava os pontos de interseção passado/presente, argumentando que cultivar a tradição não seria uma excentricidade, mas sim uma legítima manifestação de identidade cultural, tanto que as escolas estaduais passariam a incluir nos seus currículos conteúdos relacionados à cultura regional, atitude considerada como uma oportuna iniciativa que iria ajudar os jovens a conhecer o passado, a entender como se construiu esse estado e a conscientizá-los melhor sobre a sua realidade, capacitando-os também a lutar, com as armas da modernidade e da democracia, pelo Rio Grande e pelo Brasil (ZH, 20/9/1997).

Gauchismo e brasilidade, passado e modernidade se faziam presentes na seção editorial “O Rio Grande e os novos desafios” publicada em 1998. Declarava a matéria que, brasileiro de duas pátrias – o Brasil e o Rio Grande –, o gaúcho reverenciava o 20 de Setembro como uma espécie de segunda data nacional, pois era aquele o momento em que o homem do Sul exaltava suas tradições, sua história, sua cultura, seu apego à terra natal e também sua opção pela brasilidade. O não-separatismo ainda era abordado como um verdade inquestionável, ao afirmar-se que a efeméride comemorada pelos rio-grandenses não era mais, havia muito tempo, uma data para manifestações oportunistas de separatismo incongruente ou para bravatas inconsequentes e, se daria, isso sim, o contrário, pois, ao rememorar os 163 anos da Revolução Farroupilha, na condição privilegiada de estado brasileiro de melhor

qualidade de vida, o Rio Grande deveria encarar esse reconhecimento da ONU como um estímulo para enfrentar os desafios da crise internacional que atingia fortemente o país (ZH, 20/9/1998).

Manifestando otimismo com as perspectivas futuras do Rio Grande do Sul, a folha enfatizava que naquela hora de preocupações globalizadas, o estado vivenciava um momento particularmente importante de transformações socioeconômicas, pois, de um lado, colhia os resultados do esforço continuado de seu povo, como a sua inclusão pela ONU na liderança em Índice de Desenvolvimento Humano vindo a constituir-se no estado com melhor qualidade de vida do país e, ao mesmo tempo, sem abandonar vocações como a agropecuária, o Rio Grande do Sul vivia uma profunda mudança de patamar econômico, com a atração de investimentos internacionais que o sintonizavam com os avanços do mundo moderno. O jornal explicava suas asserções, ao demarcar que essa feliz conjugação de uma sociedade com alta qualidade de vida no limiar de um novo salto econômico não significava que o estado tivesse se transformado em uma ilha de prosperidade em um mundo em efervescência, mas que até mesmo alguns dos ideais farroupilhas estariam mais próximos de uma solução, pois quem poderia imaginar, ainda que em anos recentes, uma desconcentração industrial capaz de permitir a instalação, fora do eixo São Paulo-Rio-Minas, de complexos automotivos como os que se erguiam no estado sulino. Destacava também a modernização industrial, em avanço no qual se consolidavam desde empreendimentos tradicionais até um parque fabril que, independentemente de porte,

gerava riqueza e oportunidade de trabalho (ZH, 20/9/1998).

Apesar da perspectiva otimista nas inter-relações entre passado e presente, *Zero Hora* destacava que, como na metade do século XIX, havia problemas que resistiam, pois, apesar dos esforços, persistiam desigualdades regionais. Relatava que, na zona sul ampliava-se o empobrecimento de um modelo baseado nas grandes extensões de terra que ia dando sinais de esgotamento em um mundo cada vez mais voltado para a rentabilidade, ao passo que, ao norte do estado, juntamente com pequenas propriedades rurais em grande parte às voltas com dificuldades, prosperava um eixo industrial que, partindo da Grande Porto Alegre, seguia em direção a Caxias do Sul, gerando trabalho e riqueza. Explicava o jornal que, entre uma região e outra, o ponto em comum era a figura extraordinária do gaúcho – os nascidos e os que elegeram o Rio Grande para viver (ZH, 20/9/1998).

Retomando a abordagem do projeto integracionista, a folha ressaltava o papel dos sul-riograndenses que, depois de ajudar a demarcar fronteiras, teriam colaborado para derrubar barreiras, apostando desde o início na integração. Explicava que, talhado em dez anos de luta em condições adversas, o gaúcho preparara-se tanto para enfrentar os prejuízos quanto para auferir os ganhos da nova geopolítica do MERCOSUL. Destacava também que era o mesmo gaúcho que, na cidade e no campo, orgulhava-se de seus símbolos – da indumentária típica a hábitos socializantes como o chimarrão, passando pelo seu hino, tudo sem deixar de ser brasileiro. O periódico enfatizava ainda que era essa determinação que fazia do gaúcho um povo

tão diferenciado e ao mesmo tempo tão brasileiro, de modo que era a ela que a sociedade rio-grandense deveria se apegar para vencer desafios ainda pendentes, como uma distribuição mais uniforme da terra e da renda, uma ampliação no nível de escolaridade e melhoria no atendimento na área de saúde. E concluía o jornal afirmando que o povo gaúcho se orgulhava de sua terra, sem esquecer que ela estava interligada ao mundo, precisando, portanto, se unir em torno de ideais para que o estado se encaminhasse não apenas para uma passagem de século, mas também para uma mudança de padrão socioeconômico que permitisse maior prosperidade para todos (ZH, 20/9/1998).

Nesse quadro, o periódico porto-alegrense compôs um projeto mais amplo, realizado por segmentos vinculados ao poder, resultando em uma memória manipulada. Ficava então estabelecido um esquecimento proposital, que advém das manipulações conscientes ou inconscientes, colocando em jogo de forma importante na luta das forças sociais pelo poder, já que o intento de tornarem-se senhores da memória e do esquecimento veio a constituir uma das grandes preocupações dos setores que dominaram e dominam as sociedades históricas, tornando reveladores os mecanismos de manipulação da memória social⁶¹. Nesse quadro, tal processo de estabelecer memórias e esquecimentos traz consigo a manipulação da memória, principalmente por via ideológica, a partir das estratégias que levam ao esquecer, por meio de modificações na narração, com supressões e

⁶¹ LE GOFF, Jacques. *História e memória*. 3.ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p. 425-426.

deslocamento de ênfases, vindo a reconfigurar os protagonistas da ação assim como os contornos dela⁶².

Assim, através de seus editoriais, ao apresentar à comunidade gaúcha uma série de fundamentos que contribuía com preservação de uma visão mítica da Revolução Farroupilha, o jornal *Zero Hora* orientou sua construção discursiva com base em vários axiomas oriundos do discurso historiográfico oficial e do tradicionalismo, promovendo uma mescla discursiva entre duas tendências mentais/comportamentais com raízes distintas entre si. Tal ação contribuiu decisivamente para a edificação de uma memória manipulada. Essa amálgama editorial promovida pela folha acabaria por implementar uma determinada formação discursiva que passaria a transformar-se praticamente verdades imutáveis, que viriam a constituir elementos constitutivos inerentes ao discurso do senso comum e contribuindo de forma irreversível para o constante revivificar de ideias que, ainda que pretéritas, ganham força e vida nos tempos presentes, originando-se pressupostos quase que santificados e, portanto, inquestionáveis. Os fundadores do discurso historiográfico oficial e os inauguradores do tradicionalismo, através de seus ideais, estão bem vivos nas páginas de *Zero Hora* e parecem, muitas vezes, até estar a redigindo partes dos editoriais publicados a 20 de Setembro pela folha gaúcha⁶³.

⁶² RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007. p. 424-425 e 455.

⁶³ Publicado originalmente em: *Scientia Histórica*. Rio Grande: Associação dos Pós-Graduados em História, 2009, v.4, p. 9-35.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
AbERTA
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



ISBN: 978-65-5306-073-9